

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
CLAUDINEI SILVESTRE PALANDI
THALES VIEIRA HUMMEL

HOLDING MISTA COMO ESTRUTURA SOCIETÁRIA
PARA A GESTÃO EMPRESARIAL

Taubaté – SP

2022

CLAUDINEI SILVESTRE PALANDI

THALES VIEIRA HUMMEL

**HOLDING MISTA COMO ESTRUTURA SOCIETÁRIA
PARA A GESTÃO EMPRESARIAL**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de bacharel em ciências contábeis.

Orientador (a): Prof. Ms. Augustinho Ribeiro da Silva

**Taubaté – SP
2022**

SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

P154h Palandi, Claudinei Silvestre

Holding mista como estrutura societária para a gestão empresarial / Claudinei Silvestre Palandi, Thales Vieira Hummel - 2022.

70 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, Taubaté, 2022.

Orientação: Prof. Me. Augustinho Ribeiro da Silva, Departamento de Gestão e Negócios.

1. Holding mista. 2. Sociedades comerciais. 3. Empresas subsidiárias. 4. Gestão empresarial. I. Hummel, Thales Vieira. II. Título.

346.066

CLAUDINEI SILVESTRE PALANDI

THALES VIEIRA HUMMEL

**HOLDING MISTA COMO ESTRUTURA SOCIETÁRIA PARA A GESTÃO
EMPRESARIAL**

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título bacharel em ciências contábeis.

Orientador (a): Prof. Ms. Augustinho Ribeiro da Silva

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Ms. Augustinho Ribeiro da Silva

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Ms. Júlio Cesar Gonçalves

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Ms. Jonas Campos Comin

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Isaías 53:5

Mas ele *foi* ferido pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz *estava* sobre ele, e, pelas suas pisaduras, fomos sarados.

A DEUS pela força inigualável e constante nessa nova etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela vida, saúde e sabedoria em todos os momentos, fáceis e difíceis deste longo trajeto.

Aos professores que conosco conviveram e com esforço e dedicação plenamente reconhecível, nos passaram o melhor de si em conhecimento e sabedoria, não só para a vida acadêmica, mas também para a vida futura profissional.

A todos os colegas de classe que juntos, enfrentaram todas as dificuldades e conosco compartilharam também suas alegrias, tornando menos pesado a longa caminhada até a conclusão do curso. Ficarão eternizados em nossas memórias.

Aos secretários e secretárias do Departamento de Ciências Contábeis, que de pronto nos auxiliaram em todas as nossas demandas administrativas com disposição e boa vontade.

E por fim, a nossa família que entendeu nossa ausência diária e muitas vezes em feriados e finais de semana, privando-os do nosso convívio em prol de um objetivo maior e benéfico, os quais eles sempre farão parte!

PALANDI, Claudinei Silvestre. HUMMEL, Thales Vieira. Holding mista como estrutura societária para gestão empresarial. 70 f Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em bacharel em ciências contábeis. do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

As empresas que possuem parte de sua constituição administrativa ou o todo de sua empresa controlada por uma holding empresarial, acabam apresentando algumas dificuldades, principalmente pelo fato de que as empresas de holding que constituem a participação em um conglomerado acabam visando mais os lucros do que as estratégias propriamente necessárias para o sucesso das empresas. Logo nesse estudo, estrutura-se como as empresas que são compostas por estrutura societária de uma holding mista podem usar o sistema de informações contábeis como fator essencial na tomada de decisão da administração da empresa, visando não apenas o lucro, mas o crescimento da empresa como um todo. Nesse estudo mostrou-se a importância de a empresa repensar e ajustar suas estratégias empresariais e os seus modelos de organização, para então buscar a criação de uma holding. Buscou-se também demonstrar que a holding deve trabalhar de forma a melhorar os processos visando alcançar melhorias. Para tal o estudo apresenta por meio de uma metodologia de pesquisa exploratória de caráter qualitativo, uma breve análise da empresa Coca-Cola Brasil que tem parte de sua administração controlada pela holding empresarial mista Berkshire Hathaway, onde foram levantados os dados financeiros disponíveis pela empresa como dados abertos, para uma breve análise de como esses levantamentos podem influenciar em determinadas tomadas de decisões, doravante, há de salientar que tais dados não são todos os dados usados em uma análise mais detalhada pela alta administração, porém já auxiliam para a compreensão e defesa da premissa levantada nesse estudo.

Palavras-chave: Holding empresarial, alta administração, melhoria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Illusion of choice</i>	23
Figura 2 – Visão geral do planejamento financeiro.....	37
Figura 3 – Demonstração de resultado anual Coca-Cola.....	46
Figura 4 – Demonstração de resultado anual detalhado.....	47
Figura 5 – Balanço patrimonial resumido.....	47
Figura 6 – -Balanço patrimonial detalhado.....	48
Figura 7 – Fluxo de Caixa resumido.....	49
Figura 8 – Fluxo de Caixa em atividade.....	49
Figura 9 – Fluxo de Caixa detalhado.....	50
Figura 10 – Indicadores resumido.....	51
Figura 11 – Indicadores por tipos.....	52
Figura 12 – Indicadores resumido.....	53
Figura 13 – tendência a longo prazo de negócios na Coca-Cola.....	57
Figura 14 - Representação gráfica da relação do volume de negócios.....	58

LISTA DE SIGLAS

EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

IR Imposto de renda

AV - Análise vertical

DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

MEP - Método da equivalência patrimonial

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

NBC TG - Normas brasileiras de contabilidade

SIG Sistemas de Informações Gerenciais

SIC - Sistema de Informações contábeis

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE SIGLAS.....	09
SUMÁRIO.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema do trabalho.....	11
1.2 Objetivo do trabalho.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Problema.....	13
1.4 Relevância do Estudo.....	14
1.5 Delimitação do estudo.....	16
1.6 Metodologia.....	17
1.7 Organização do Trabalho.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 O surgimento das atividades e as sociedades econômicas.....	19
2.2 Holding: Conceitos, características e histórico.....	21
2.3 Tipos de Holding e Sociedades	25
2.4 Planejamento fiscal através da holding mista.....	29
2.5 Holding como instrumento de melhoria na administração dos societários.....	31
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	34
3.1 Detalhamento e especificidade do tema.....	35
4. RESULTADOS.....	46
4.1 Balanço Patrimonial.....	47
4.2 Fluxo de Caixa.....	48
4.3 Indicadores.....	50
4.4 Análise da pesquisa (Ou Discussão)	54
5. CONCLUSÕES	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXO A – GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS.....	67

1. INTRODUÇÃO

Conforme Nascimento, Linhares e Moraes (2013), o cenário econômico brasileiro está propício à realização de investimentos, e paralelo a isso, é imprescindível que se busque estratégias que mensure os riscos de cada empreendimento.

Ainda conforme os autores supracitados com os avanços tecnológicos a economia mundial se tornou cada vez mais globalizada, o que proporciona aos grandes grupos expansão em suas atividades para outros países e continentes com maior efetividade. Paralelo a isso, os eventos que norteiam a economia particular de todos os países, de forma negativa ou positiva, passaram a influenciar a dos demais.

Após o legado deixado pela crise mundial de 2008, as empresas que sobreviveram se viram obrigadas a promover uma reorganização societária por meio de fusão, incorporação, cisão e criação de *Holding (conjunto de sociedades cujo controle e titularizado por um controlador)*, visando expandirem de forma mais sólida através de estratégias que visam blindar seus patrimônios das interferências dos mercados internos e externos.

Machado (2008) ressalta que a *holding* é o conjunto de sociedades cujo controle e titularizado por um controlador e que, mediante convenção de jure disciplinam legalmente acerca da combinação de esforços ou participação em atividade ou empreendimento comuns, formalizando esta relação interempresarial.

Conforme o autor supracitado, ao exercer o controle acionário de outras empresas, a *holding* possibilita que a sua receita bruta seja formada basicamente pelo recebimento de lucros e dividendos isentos do *IR* (Imposto de renda). Além disso, enquanto controladora, ela concentra a gestão empresarial, podendo determinar a forma de administração das suas empresas controladas; padronizando os inúmeros procedimentos administrativos e contábeis, a holding reduz os custos e a burocracia, que muitas vezes é um entrave ao desenvolvimento e crescimento de uma empresa.

1.1 TEMA DO TRABALHO

Para Lakatos e Marconi (1992), o tema deve ser especializado para que possa ser tratado em profundidade. No entanto, as autoras alertam para os perigos da excessiva

especialização, que impede a síntese do trabalho, a correlação entre as ciências e pode dar uma visão unilateral do tema.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 82), a tendência mais comum é a escolha de temas que, por sua extensão e complexidade, impeçam estudos em profundidade. Assim, após a escolha do tema, é necessário delimitá-lo. Estes autores afirmam que “delimitar o tema é selecionar um tópico ou parte a ser focalizada”

Machado (2008) destaca que a ideia central para a criação de uma *holding* deve balizar-se pela administração ética, utilizando estratégias, planejamentos e processos voltados para as necessidades das empresas controladas de forma a torná-las cada vez mais competitivas no mercado. Ao se analisar os tipos de *holding* e os estudos já efetivados academicamente acerca da temática, observa-se que pouco se analisou sobre as vantagens contábeis em se estruturar a *holding* empresarial mista de forma que auxilie os societários a realizarem uma boa gestão empresarial, nas empresas nas quais fazem parte.

Consoante a premissa levantada, ressalta-se a importância de um detalhamento em como a *holding* empresarial mista pode ser eficaz para as tomadas de decisões e mudanças de posicionamento principalmente no que concerne aos pagamentos tributários e fiscais da empresa.

Logo o tema tem essa importância de trazer as conceituações, e estruturações necessárias para que a estrutura societária das empresas principalmente no formato de *holding mista*, possam saber os principais aspectos contábeis a serem aplicados em suas empresas.

O crescimento e a estabilidade econômica obtida na última década demonstram uma nova necessidade de adaptação das atividades organizadas com um fim econômico. Há uma constante busca no aperfeiçoamento das atividades negociais, empresários reorganizam-se no sentido de tornarem-se mais competitivos e atenderem a um mercado cada vez mais exigente e que encontra muitas opções. Faz-se imprescindível a adaptação a uma forma mais dinâmica de atuação no mercado para que a atividade desenvolvida não pereça frente ao mundo globalizado.

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo foi evidenciar os impactos que a implementação da *holding* empresarial mista proporciona às organizações, tornando a administração corporativa mais objetiva, especializada, e viabilizando uma melhor estruturação para a tomada de decisões por parte dos sócios e acionistas das empresas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conceituar e verificar os principais aspectos de uma *holding*;
- Detalhar a importância da *holding* nas decisões societárias para a administração empresarial;
- Analisar os tipos de *holding*;
- Ratificar a importância da *holding* mista em tributações e análises contábeis para acionistas e sócios;
- Estruturar uma análise contábil de *holding* mista com estrutura societária como melhoria na gestão de uma empresa.

1.3 PROBLEMA

Para Nascimento, Linhares e Moraes (2013), uma gestão patrimonial profissionalizada proporciona a perpetuação do patrimônio de forma sólida, minimizando os riscos na aplicação do capital. O grande desafio do empreendedor é controlar seus investimentos, respeitando suas peculiaridades, de forma que cada seguimento se desenvolva de forma independente. Isso será possível através de uma gestão inovadora e centralizada, sendo este o propósito quando da constituição de uma *Holding Patrimonial*.

Logo a *holding* empresarial mista tem o intuito de auxiliar aos societários na administração e gestão de suas empresas, além de ser a *holding* com maior aplicação no Brasil, logo a sua análise no âmbito administrativo e contábil torna-se essencial.

Segundo Oliveira (1995, pag. 55): Uma *holding* ou sociedade gestora de participações sociais é uma forma de oligopólio no qual é criada uma empresa para administrar um grupo delas que se uniu com o intuito de promover o domínio de determinada oferta de produtos e/ou serviços. Na *holding*, essa empresa criada para administrar possui a maioria das ações das empresas componentes de determinado grupo suficiente para controlar as demais empresas do grupo. Essa forma de administração é muito praticada pelas grandes corporações.

Logo a problemática levantada por esse estudo foi: Como a *holding* mista pode auxiliar na tomada de decisões de gestão das empresas?

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Conforme Souza (2010) analisando as demonstrações financeiras de uma empresa pode-se determinar qual a sua real situação econômica e financeira, através do conhecimento de pontos fundamentais de sua estrutura, como a capacidade de pagamento de dívidas, rentabilidade do capital investido, possibilidade de falência entre outros.

A análise financeira é fundamental para a empresa conhecer sua situação e tomar medidas de forma a sanar dificuldades, promovendo o seu crescimento. Também é fundamental para que investidores, governo, clientes e fornecedores conheçam financeiramente a empresa.

Segundo Sá (1998): “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais.” Seguindo o pensamento de Marion (2008): “A Contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisão dentro e fora da empresa”.

Segundo Assaf Neto (2002), os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses de diversificados, razão pela qual as informações geradas pela entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de projeções sobre o seu futuro.

Ainda de acordo com Assaf Neto (2002), os usuários internos incluem os administradores para a tomada de decisões, os funcionários com o interesse em pleitear melhorias e a diretoria para a execução de planejamentos organizacionais, estes usuários se

valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional.

Zdanowicz (2000) aponta as principais características do orçamento:

a) projeção para o futuro: determinará as novas condições com base nas metas empresariais, especificando inclusive o quanto e quando as atividades deverão concretizar-se;

b) flexibilidade na aplicação: rápida adaptação a mudanças para as possíveis adequações ao que foi estabelecido inicialmente, tendo em vista também as eventuais mudanças que poderão ocorrer até mesmo em relação aos objetivos da empresa;

c) participação direta dos responsáveis: entende-se por responsáveis não só a cúpula diretora ou a alta administração, mas todos os níveis da empresa de modo que se envolvam e comprometam-se com as metas empresariais;

d) global: envolve todas as unidades da empresa e a integração sincronizada entre os funcionários é fundamental;

e) prática: a elaboração do orçamento deve ser prática para que sua execução ocorra em tempo hábil;

f) critérios uniformes: padrões previamente definidos para facilitar a sua avaliação posterior;

g) quantificação: deverá ser expresso em valores físicos e monetários;

h) economicidade: obter benefícios de forma econômica e prática.

O controle orçamentário, segundo Meyer (1972) está apoiado em três termos: previsão, orçamento e controle. O primeiro seria um estudo prévio da decisão, possibilidade e vontade de torná-la real. O segundo, a definição de objetivos e meios próprios para atingi-los. O terceiro, a diferença entre o objetivo proposto e o que foi realizado. Chiavenato (2000) diz que o orçamento não é um instrumento rígido de contenção de despesas, podendo ser muito flexível a ponto de permitir uma variedade de ajustes, quando necessários.

As suas principais vantagens, segundo o autor são: o aprimoramento do planejamento; o auxílio à coordenação, por meio de troca de informações e possibilitando o equilíbrio ao detectar desníveis existentes; e o controle global ao estabelecer padrões e indicar medidas corretivas.

Longenecker, Moore e Petty (1997) afirmam que a atividade em si de controle envolve a avaliação de resultados operacionais, mas também a ação corretiva quando não ocorre o esperado. Dessa forma, salienta que o orçamento se constitui como o ponto de fundamental

controle financeiro, pois incorpora padrões de custo e desempenho para posteriores avaliações.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A empresa cujo qual esse estudo pautou-se foi a Coca-Cola Brasil, onde foram realizadas a captação dos seus dados por meio do portal de investimentos para análise da Bovespa. Tais levantamentos compõe o trimestre mais recente, junho, julho e agosto e por meio de tais levantamentos será efetivado a sua interação para a importância da análise de uma estrutura societária para a tomada das suas decisões, frisando conforme já destacado nesse estudo a importância do uso do *SIG (Sistemas de Informações Contábeis)* como base para o sistema de informações gerenciais.

A análise da Coca-Cola é crucial, pois ela faz parte do conglomerado de empresas que é administrado pela holding empresarial mista com estrutura societária denominada *Berkshire Hathaway*, uma companhia sediada em Omaha, no Nebraska, nos Estados Unidos, que supervisiona e gere um conjunto de empresas subsidiárias. A empresa tem um crescimento médio de 20,3% aos seus acionistas, nos últimos 44 anos, enquanto empregam muitos funcionários e tem uma dívida mínima. Warren Buffett é o diretor da companhia. Buffett usou a amplitude de rendas gerada nas operações de seguros da Berkshire Hathaway (dinheiro que os segurados detêm temporariamente até que as reivindicações são pagas) para financiar os seus investimentos. Ela detém 8,6% da Coca-Cola e acaba tendo algumas pequenas ações sobre o andamento decisório da empresa.

Cabe ressaltar que internamente não são os dados abertos que são usados para tomadas de decisões importantes, pois tais recursos disponibilizados externamente são sumarizados de forma a auxiliar nos investimentos dos sócios ou acionistas, porém contém nesses dados elementos cruciais que auxiliam o SGI a tomar decisões que impactarão o direcionamento da sua empresa.

A Coca-Cola permanece no topo do ranking das marcas mais consumidas do mundo, segundo o relatório *Brand Footprint*, feito pela multinacional de painéis de consumo Kantar. No ano de 2019 a empresa foi escolhida 6 bilhões de vezes em todo mundo, seguida por Colgate (4 bilhões) e Maggi, com 3 bilhões. Apesar do crescimento das marcas globais, as marcas locais conseguiram destaque na preferência dos consumidores registrando um

crescimento de 3,1% em novos pontos de penetração, o que equivale a 43,3 milhões de compradores, enquanto as globais aumentaram em 2% na comparação com 2018, com 28 milhões de novos clientes. Na lista de compra de bens de consumo massivo (FMGC), que inclui o consumo de itens domésticos não duráveis, como alimentos, bebidas, produtos de higiene pessoal, medicamentos de venda livre e outros consumíveis, apenas 46% das marcas alcançaram crescimento de pontos de penetração. Esse resultado é menor ao inferido nos últimos anos e indica uma maior competitividade no setor.

1.6 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa aplicada nesse estudo será de análise exploratória de caráter qualitativo, onde por meio de um aprofundamento na temática proposta, será verificado a importância da *holding* empresarial mista estruturada de forma a auxiliar acionistas e sócios a tomarem decisões acerca da sua gestão empresarial. A metodologia também irá demonstrar que a *holding* formada por diversas empresas, podem produzir resultados diversos das empresas que a compõem.

De forma semelhante, Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Segundo Malhotra (2001), a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão. O seu objetivo é prover critérios e compreensão. Tem as seguintes características: informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa flexível e não-estruturado. A amostra é pequena e não-representativa e a análise dos dados é qualitativa. As constatações são experimentais e o resultado, geralmente, seguido por outras pesquisas exploratórias ou conclusivas.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em 4 (quatro) capítulos, de forma que a seqüência das informações ofereça um perfeito entendimento de seu propósito.

No Capítulo 1, apresenta-se uma introdução abordando questões como o que é a holding, e a sua importância para o cenário econômico empresarial, ainda trata dos objetivos, da importância do tema, da delimitação do local onde o estudo foi desenvolvido, da metodologia e como está organizado.

O Capítulo 2 trata da revisão bibliográfica, necessária para fundamentar a pesquisa, acerca de temas como o que é uma holding, tipos de holding e sociedade, a Holding como instrumento de melhoria na administração dos societários.

O capítulo 3 apresenta o detalhamento e o desenvolvimento da pesquisa.

O Capítulo 4 trata dos resultados encontrados na empresa que foi analisada e a discussão acerca desses resultados.

No Capítulo 5 são realizadas as conclusões e sugestões para futuros estudos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O surgimento das atividades e as sociedades econômicas

A tríade capital, terra e trabalho tem sido pensada, desde Adam Smith, como representando os principais fatores de produção, no sentido de elementos últimos do processo produtivo. A partir dela discutiram-se importantes questões, como a formação de valor e a distribuição de renda. Mesmo Marx, que criticou duramente esta “fórmula trinitária”, de alguma maneira reconhece esses três elementos, se colocados no adequado contexto histórico, como importantes para a definição das classes sociais no capitalismo.

Alguns autores importantes, como Schumpeter e Knight, foram vozes discordantes, no sentido de não atribuir um papel próprio relevante ao capital enquanto elemento da produção. Pelo menos não no sentido, muitas vezes usado, em que se refere a bens de capital. Para estes autores, tais bens são mercadorias como quaisquer outras. Quando se examina estes elementos, nota-se que terra e trabalho não são propriamente produzidos enquanto mercadorias. No entanto, são transacionados em mercados que, justamente por isso, têm características diferentes dos demais. Há vasta literatura e muitas controvérsias a respeito de como funcionam os mercados de trabalho e de terras.

Para Possas (1997) na sociedade capitalista, em que a produção é realizada com um elevadíssimo grau de divisão do trabalho e é mediada pelas relações mercantis, o bom funcionamento dos mercados e a rapidez e custo com os quais se realizam as transações podem ser tão importantes para a apropriação de riqueza quanto os aspectos ligados ao processo produtivo. Por conseguinte, o conhecimento sobre os diversos aspectos dos mercados ganha grande relevo. Aqui se devem incluir: as características da demanda, as potencialidades dos demais produtores de bens semelhantes, os mercados de insumos, as condições de financiamento, elementos que permitam melhorar o grau de acerto das expectativas quanto ao futuro, etc...

Conforme Machado (2008) ao compatibilizar seus interesses, interagir, o homem vincula-se e cria atividades de cunho produtivo. O comércio surge com uma função econômica e social, unindo os indivíduos e aproximando os povos. A noção de disciplina das atividades econômicas ganha intensa relevância, junto da organização social como um todo. A disciplina das relações de caráter patrimonial vê-se, portanto, ligada ao sistema normativo da

sociedade. De acordo com a concepção jus naturalista, a faculdade dos particulares regularem seus próprios interesses por meio de negócios jurídicos celebrados livremente decorre de um direito natural, que deve ser reconhecido e assegurado pela ordem jurídica positivada.

Garantidas por um direito natural ou não, a autorregulamentação da vontade negocial e o tratamento da atividade mercantil vê-se envolvido por uma latente necessidade de controle exercido por um ente superior, comprovando, dessa maneira, que a simples lei da não-intervenção na economia não é suficiente para garantir o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade.

O princípio da igualdade para fins de disciplina da atividade econômica é outro fator importante no tratamento de tal matéria. O amparo jurídico aos mais fracos nas relações comerciais é resultado de tal princípio, com o objetivo de atenuar os efeitos de possíveis desigualdades, em detrimento da mera proibição de privilégios, conforme ocorrera em tempos passados.

A função econômica da empresa, de acordo com parte da doutrina, é reduzir os custos de transação. Nas economias modernas, há dois mecanismos institucionais responsáveis pela produção de bens e serviços: o mercado e a empresa. O empresário opta por organizar a produção por meio de uma empresa se o custo de transação for menor do que a obtenção dos insumos no mercado.

A natureza da empresa, conforme bem delineado por Ronald Coase (1937), é a de minimizar os custos de obtenção de informações, de negociação dos contratos e de cumprimento das promessas, a fim de se proteger contra as oscilações do mercado. A empresa pode ser entendida como um feixe de contratos.

Desse modo, a constituição de uma empresa permite a redução dos custos de transação decorrentes da celebração caso a caso de um contrato no mercado para determinar o preço, a quantidade, a qualidade, a data da entrega, o crédito e as garantias (POSNER, 2003, p. 407).

Mas o método de organização da atividade econômica por meio da empresa tem suas limitações, decorrentes do problema da perda de controle. Os custos de agência suportados pelo principal para obtenção de informações sobre o desempenho fiel e eficaz dos agentes limitam o tamanho eficiente das empresas. É importante destacar que as informações apreendidas nos preços são perdidas pelo método da empresa. Dessa maneira, algumas

atividades econômicas são desempenhadas por meio de empresas de menor porte enquanto outras atividades dependem da constituição de grandes empresas (POSNER, 2003, p. 408).

2.2 Holding: Conceitos, características e histórico

De acordo com Teixeira (2007), as empresas *Holdings* podem ser definidas como sociedades juridicamente independentes, cujo objetivo seja adquirir e controlar ações de outras sociedades sem a obrigatoriedade de praticar atividade operacional. A expressão *Holding* origina-se do verbo inglês *to hold* que tem por significado: controlar, manter ou guardar. Em uma linguagem simplista as *Holdings* são organizações que permitem que uma empresa controle ou goze de influência em outras empresas.

Conforme sumarizado por Pena (2017) em meados de 1940 a população mundial passava por uma grande crise ocasionada pelos elevados preços que eram determinados por um grupo específico que detinha o total controle das indústrias e comércios da época.

Essas ações ocasionaram o surgimento de Cartéis que tiveram como o principal objetivo realizar um comum acordo entre as empresas que detinham o total comércio de forma que elas pudessem congelar os seus preços para que os produtos fossem mais acessíveis à população. De maneira que impediu a livre concorrência, que era um princípio considerado por Machado (2008) como basilar em relação a ordem econômica mundial e que tinha relação direta com a livre iniciativa, de forma que Mamede (2018) defende que essa livre iniciativa era essencial para a competitividade de empresas que estavam sujeitas ao mesmo objetivo comercial.

Logo em meados de 1946, o ordenamento jurídico brasileiro, buscou criar uma defesa para a população dos cartéis, pois o consumidor via-se forçado a aceitar os valores que mesmo sendo congelados eram elevados, e que eram determinados por esses grupos que formavam os cartéis. Porém nem todas as empresas participavam desse ato, de forma que elas eram coagidas pelas maiorias que dominavam o mercado, sendo caracterizado como um congelamento comercial e por conta desse fator as empresas que não compunham as iniciativas dos cartéis eram demasiadamente ameaçadas pelos administradores que faziam parte desse ato.

Para essa minimização que era considerado como uma prática abusiva ao consumidor, os empresários, optaram por idealizar uma nova forma de controle que ficou conhecida como Trustes.

[...] entende-se por truste a união de empresas com o intuito de eliminar a concorrência e controlar preços. Se truste por consequência significa perpetuação e diminuição de dificuldades no mercado, pode-se afirmar que existem também atos concentracionários legais, ou seja, que não tem por objetivo limitar, falsear ou causar qualquer outro dano à livre concorrência, conforme disposto no artigo 36, da Lei nº 12.529/2011. (MIRANDA, 2013, P.02)

As *Trustes* eram uma fusão realizada entre várias empresas de um mesmo setor, que anteriormente eram adversárias, visando assim controlar o mercado e diminuir ao máximo a concorrência. Logo, como também houve uma repercussão negativa desse novo sistema, foi criado a *holding* com um conceito similar, porém com uma atuação menos agressiva no mercado e ao consumidor, seria uma *truste* mais disfarçada e legalizada.

A constituição de uma *holding* pode ocorrer por diversos contextos com o intuito de atender a vários objetivos. Isto significa que a holding poderá ser constituída para titularizar participações societárias em outras sociedades ou ainda para administrar diversas sociedades já constituídas. Pode ter o contexto familiar, ou ainda diverso deste, contando com variados sócios. Desta forma, a matéria divide-se em *holding* pura ou mista, a depender do objeto.

A questão da constituição da *holding* impacta diretamente nos planejamentos societários, tributários e sucessórios, isto porque, o patrimônio da entidade, pessoa jurídica ou física, será incorporado neste novo tipo societário. Para tanto, a fim de otimizar tanto a administração do negócio como a questão de pagamentos de tributos (para evitar situações de ambiguidade tributária, como é o caso de entidades que podem ter procedimentos tributários distintos para as mesmas hipóteses tributárias) é necessário analisar e avaliar o planejamento estratégico da *holding* criada.

A *holding* permite o controle de suas subsidiárias ou mesmo o melhor controle do patrimônio da pessoa física, pois ela otimiza a administração e pode também beneficiar a carga tributária embutida na pessoa jurídica ou mesmo a física.

Por meio da *holding* é possível que seus administradores criem uma ilusão para o consumidor, o fazendo acreditar que tem liberdade de escolha entre produtos de empresas diferentes, embora essa liberdade exista, muitas das empresas concorrentes são regidas por uma mesma administração, logo, independente do produto escolhido pelo consumidor, o

beneficiário final será o mesmo; esse tipo de jogo ilusório recebe o nome de “*Illusion of Choice*”, (PENA, 2017).

Na figura 1 é observado *Illusion of choice*, onde as empresas criam a ilusão de variadas marcas, porém um grupo restrito de empresas que é responsável por toda a administração dessas marcas, sendo criada uma ilusão comercial muito boa, fornecendo a percepção de variedade de produtos aos consumidores.

Figura 1 – *Illusion of choice*



Fonte: Pena, 2017.

Conforme afirma Oliveira (2010), “uma *holding* pode ser definida em linguagem simplista, como uma companhia cuja finalidade básica é ter participação – ações ou cotas – de outras empresas. A origem da expressão *holding* está no verbo do idioma inglês *to hold*, que significa manter, controlar ou guardar.

A legalidade societária da estrutura e objetivo da empresa *Holding* está amparada na Lei das Sociedades por ações de 1976 que em seu art. 2º, § 3º, estabeleceu que “a empresa pode ter por objetivo participar de outras empresas”.

Marçal (2020) aduz que inicialmente houve um pré-julgamento a respeito do papel das *holdings* pois eram consideradas apenas uma inovação jurídica cuja finalidade seria burlar a legislação, todavia com o avanço do mercado tornou-se comum, e até mesmo padrão para os grandes grupos econômicos.

A constituição de empresas *holdings* é apontada como uma alternativa atraente em múltiplas situações, haja vista a diversidade de perfis de empresários que optam pela formação das Holdings que vão desde os chefes de família que buscam proteger seu patrimônio até as grandes empresas multinacionais que tem como objetivo o controle de suas subsidiárias.

A constituição dessa sociedade, conforme já citado, pode representar uma importante forma de organização patrimonial, garantindo benefícios tributários e facilitando o planejamento sucessório. Portanto, faz-se necessário uma análise minuciosa para utilização da *Holding* como instrumento estratégico, com o propósito de determinar em qual tipo melhor se enquadra as necessidades da empresa preservando-a de possíveis desvantagens.

O termo *holding* por si era evitado de arcanos pela crença de manipulação de capital ilusório e com intuito fraudulento, contudo, a mencionada lei 6.404/76, institucionalizou por intermédio do art. 2º, § 3º essa obscuridade que cerceava a holding, como visto alhures.

Nesse sentido, a expressão holding teve sua primeira aparição no cenário jurídico, a partir da Resolução nº. 469 de 07/04/1978 do Banco Central com a seguinte redação:

[...] V - Vedar às Instituições Financeiras privadas, nacionais e estrangeiras: a) A concessão de empréstimos ou adiantamentos a empresas de cujos capitais participem, preponderantemente ou ponderavelmente, pessoas, firmas, grupos ou "holdings" [sem grifo no original] com semelhante influência no capital do estabelecimento, salvo a negociação de duplicatas e em montante nunca superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do global dos títulos descontados pela Instituição Financeira.

A evolução em seguida da *holding* , tende a se dar de modo interno, ou seja, dentro da seara empresarial, na esfera em que de fato a mesma encontra se pautada, pois, uma vez que, instituída e em constante busca pela sua real identidade, exceto, teoricamente as esgrimas tributárias, esta tende a um processo não só de evolução da maneira de pensar e agir do empresário, mas também revela-se como uma nova filosofia deste, um modo de refletir que

ultrapassa as singelas percepções primárias de organização e estruturação - tanto territorial quanto funcional - é aquela que encontra-se acondicionada na estratégia multifocal.

Interessante a observação em relação ao aspecto patrimonial: Se esse aumento patrimonial provinha de aquisição por compra, gerava um ativo imobilizado maior que o patrimônio líquido e essa diferença menor para o patrimônio líquido provocava o que se chamava de lucro inflacionário, que sofria, então, um imposto da Receita Federal, o que levou muitas empresas a enfrentar posições instáveis.

Atualmente, com o crescimento da economia brasileira, e conseqüentemente, o aumento do investimento por parte dos empreendedores – crescem, também, os riscos a que estão sujeitos os empresários e o patrimônio de sua família, utilizando-se comumente a holding patrimonial.

2.3 Tipos de Holding e Sociedades

- **Holding Familiar**

De acordo com Mamede e Mamede (2016), as *holdings* patrimoniais ou sociedades patrimoniais, como também são conhecidas, são tipos constituídos para protagonizar como proprietárias de determinado patrimônio, o que foge um pouco ao objeto das demais *holdings*, pois nesse caso podem apresentar-se como empresa individual, sem participações em outras, tendo como finalidade o controle do patrimônio dos sócios.

Para Araújo e Rocha Junior (2018) utilizada principalmente visando a redução da tributação ou a proteção patrimonial, dessa forma, cria-se uma pessoa jurídica que obtém todos os bens dos seus sócios, que passam a ter somente quotas da sociedade.

- **Holding Pura**

Para Araújo e Rocha Junior (2018), esse tipo de sociedade tem como objetivo social exclusivamente a titularidade de ações ou de quotas de outras sociedades, são sociedades que não desenvolvem nenhuma atividade operacional, sendo que a receita dessas são advindas somente da distribuição de lucros pagos pelas sociedades das quais goza de participação e pelos juros sobre o capital próprio. Na hipótese de haver permissão estatutária ou no contrato

social, ou autorização por meio de reunião ou assembleia dos sócios a receita poderá decorrer de operações com os títulos que possuem em carteira, como aluguel de ações, aquisição ou alienação de participações societárias, etc.

- **Holding de Controle**

O tipo sociedade que visa deter participações societárias, sem o objetivo de controlar outras sociedades.

- **Holding de Administração**

Conforme Araújo e Rocha Junior (2018) é o tipo de sociedade de participação que visa centralizar a administração de outras sociedades, com o poder de decisão de metas, planos, orientações, entre outros.

- **Holding Mobiliária**

De acordo com Mamede e Mamede (2016) as *holdings* imobiliárias nada mais são que uma espécie de *holding* patrimonial, detendo-se ao cuidado exclusivo de imóveis, inclusive com finalidade de locação.

- **Holding Empresarial Mista**

Lodi e Lodi (2004, p. 4), esclarecem que os conceitos brasileiros diferem em parte dos estrangeiros, já que os “importados” focam a *holding* apenas como controladora, quase que desconsiderando a possibilidade da *holding* mista, que geralmente vem citada nos conceitos brasileiros, além de ser classificada, por esse mesmo autor, como a mais utilizada no País. “Todos esses conceitos ‘importados’ mostram uma posição diferente da nossa realidade. Ela conceitua a empresa só com sua finalidade controladora. [...] Na visão brasileira, por questões fiscais e administrativas, a *holding* mista é a mais usada.”

Posteriormente, Lodi e Lodi (2004) conceituam *holding* como sendo, em essência, uma administradora de investimentos, aplicando recursos de sócios ou acionistas, zelando pela segurança desses investimentos, multiplicando potenciais e garantindo seu retorno.

Para Araújo e Rocha Junior (2018) é aquela sociedade que não se dedica tão somente a titularidade de participação (quotas/ações), todavia se dedicando simultaneamente as atividades empresariais como produção e/ou circulação de bens, prestação de serviços, entre outros.

- **Holding de participações**

É a sociedade constituída conforme um dos tipos societários previstos pela legislação societária brasileira e que tem por objetivo social deter participações societárias de outras sociedades, geralmente com a finalidade de controle das referidas sociedades, possibilitando o planejamento sucessório e a proteção do patrimônio empresarial.

Igualmente sociedade de participações, com participação minoritária, porém com interesses pessoais de dar continuidade a sociedade, visando apenas o recebimento de dividendos/lucros não tributados.

De acordo com o Código Civil, Lei nº 10.406/2002 em seu artigo 44 as pessoas jurídicas de direito privado existentes são: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Com base em Araújo e Rocha Junior (2018) as *Holdings* não constituem um tipo jurídico (natureza jurídica), portanto a diferença em relação às demais está no objeto social especificado no Estatuto ou Contrato Social. Inicialmente, cabe ressaltar que para a escolha do tipo societário de uma pessoa jurídica, é importante compreender os tipos societários que são permitidos na constituição de uma *Holding* e comumente utilizados:

- **Sociedade Simples**

Prevista no Código Civil, do artigo 997 ao 1.038 é uma pessoa jurídica desenvolvida para o exercício de atividade econômica de caráter não empresarial, aquele tipo de sociedade composta apenas por pessoas, ideal para pequenas empresas por conter processos menos burocráticos na sua constituição e manutenção.

O registro é realizado através do Cartório Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca da Sede, não sujeitas à Lei nº 11.101/2005, que trata do pedido de recuperação judicial ou

extrajudicial, submetendo-se ao processo de insolvência civil conforme o Código Civil e o Código de Processo Civil. Contudo são indicadas na constituição de uma *Holding Familiar*.

- **Sociedade Empresarial Limitada**

Regida pelos artigos de 1.052 a 1.087 do Código Civil, as sociedades limitadas são compostas por dois ou mais sócios cuja responsabilidade é restrita ao valor do capital social, porém respondem solidariamente pela integralização da totalidade do capital. O seu registro deve ser realizado na Junta Comercial do Estado da Sede, podendo ser uma sociedade de pessoas ou de investimento, sujeita á Lei nº 11.101 que remete a recuperação judicial ou extrajudicial e a sua insolvência processa-se sob forma de falência.

Segundo Araújo e Rocha Junior (2018) sendo sociedade empresarial limitada esta tem por objetivo o exercício de atividade econômica necessariamente organizada para produção ou circulação de bens e/ou serviços. Neste caso podem ser indicadas para as *Holdings* que praticam atividade de comercio em geral além de participação em outras sociedades.

- **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI**

Regulada pelas normas aplicáveis as sociedades limitadas e pela Instrução Normativa *DREI (Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração)* nº 38/2017, são aquelas constituídas apenas por uma pessoa titular do capital social devidamente apropriado, corresponde a no mínimo cem (100) vezes o maior salário mínimos vigente no País, sendo que o titular não responde com seus bens pessoais pelas dívidas da empresa.

Assim como os tipos de sociedades já citados a *EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada)* submete-se a lei de recuperação judicial ou extrajudicial e falência, e podem ser registradas na Junta Comercial do Estado da sede ou no Cartório Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da sede. Ainda conforme Araújo e Rocha Junior (2018) a *EIRELI* é indicada para *Holdings* que praticam atividade de comercio em geral além de participações.

- **Sociedade Anônima ou por Ações**

Regulamentada pela Lei nº 6.404/1976 é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída por dois ou mais acionistas, em que o capital social é dividido em ações de igual valor nominal de livre negociabilidade, todavia limitando a responsabilidade do acionista ao preço de emissão das ações adquiridas ou subscritas, também sujeita a recuperação judicial ou extrajudicial e falência, quanto ao registro este é realizado na Junta Comercial do Estado da sede.

As sociedades anônimas se subdividem em companhias abertas ou fechadas, a primeira permite que os valores mobiliários (ações, debentures, etc.) sejam negociados nas bolsas de valores ou mercado de balcão, devendo ser registrada e ter seus valores mobiliários registrados diante da *CVM – Comissão de Valores Mobiliários*, enquanto a segunda não permite que os seus valores mobiliários sejam negociados nesses mercados.

Araújo e Rocha Junior (2018) sugerem que as sociedades anônimas são indicadas para as *Holdings* Administrativas, grupos empresariais (sociedades de Desse modo a *Holding Familiar* não aproveita de benefícios das Sociedades por ações, já que seu objetivo é a proteção e conservação do seu patrimônio, com isso decidem por impedir que terceiros ou outras sociedades estranhos a sua família participem da sociedade, contudo a forma social Limitada é a mais adequada até mesmo por demandar menores formalidades.

2.4 Planejamento fiscal através da holding mista

Inevitavelmente, o planejamento exige uma mudança na cultura da empresa. Desenvolvida a nova proposta fiscal, torna-se indispensável que os diversos setores da empresa vivenciem as práticas tributárias que foram recomendadas. Em suma, será preciso que a empresa siga as linhas mestras que foram desenhadas no projeto societário e fiscal. Mais especificamente, é indispensável que os administradores estejam comprometidos com os cenários que foram propostos pelo especialista e que sigam os parâmetros que foram traçados no plano de reestruturação. (MAMEDE, 2018, p. 123).

Com isto, Prado (2011) esclarece que “a *holding* deve ser constituída sob qualquer tipo societário, afinal, se trata de uma característica da sociedade e não apenas de um tipo

societário específico”. Prado (2018), explica ainda que, “a Constituição de *holding* de controle da sociedade operante pode ajudar a resolver problemas de gestão e controle”.

Viera (2021) aduz que o método da equivalência patrimonial é a técnica por meio do qual a contabilidade reconhece o investimento, resultado e demais operações da *holding* sobre outras sociedades. Assim, o valor que antes saiu da controladora e se transformou em investimento na sociedade controlada, será apurado mediante o percentual de participação no capital social do patrimônio líquido de cada parte da sociedade.

Em regra, o ajuste na contabilidade a ser efetuado ao patrimônio líquido, será conforme o valor investido, a partir do lançamento de diferença a título de crédito ou a débito na conta de investimento. Tais valores, não serão base para a apuração do Lucro real. Na abordagem contábil, a quantia referente à adequação ao valor auferido por meio do investimento obtido pelo *MEP (Método da equivalência patrimonial)*, transitará pelo Balanço Patrimonial, provocando o aumento do Lucro Líquido do período.

A *NBC TG (Normas brasileiras de contabilidade)* 18 (R3) (2017) traz o conceito de Método de equivalência Patrimonial:

Método de Equivalência Patrimonial é o método de contabilização por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida. As receitas ou as despesas do investidor incluem sua participação nos lucros ou prejuízos da investida, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida. (NBC TG 18 R3, 2017).

Conforme Vieira (2021) o cenário fiscal e tributário representa fator indispensável na constituição e na saúde financeira durante a vida da sociedade. Com isto, a avaliação por um especialista da área se torna imprescindível em cada situação, para que a empresa possa avaliar qual panorama é mais vantajoso, qual regime tributário ela irá adotar, nas opções que melhor trazer uma economia tributária.

Na perspectiva de Mamede (2018) o melhor será quando a constituição da *holding* familiar atenda a um esforço para o planejamento tributário que pode alcançar a totalidade do patrimônio familiar ou parte dele, nomeadamente as sociedades operacionais que venham a ter se controle transferindo para a sociedade de participações (*holding*). É preciso, contudo, muito cuidado, pois essa possibilidade não se traduz em licença para transferir bens sem pagar impostos.

Há de se entender que a *holding* possui diferentes modos de aplicabilidade em razão da natureza societária almejada, além, é claro, de modos distintos de classificação, os quais, nas últimas décadas, em especial, ganha e vêm ganhando mais destaque no âmbito empresarial e familiar, como mecanismo de administração corporativa, unidade estratégica de negócio e planejamento patrimonial e sucessório, tendendo, dessa maneira ao princípio de uma conceituação de sua essência.

Pontua Oliveira (2017), em relação à essência da *holding*, uma maneira de estruturação e gestão de negócios, ao expor que, a “administração corporativa é conceituada como uma filosofia de atuação e de estruturação da empresa, pelas quais se consolida o processo de diversificação dos negócios e facilita a análise por resultados globais e setoriais.

2.5 Holding como instrumento de melhoria na administração dos societários

Na perspectiva de Nascimento, Linhares e Moraes (2013), as vantagens de se constituir uma empresa *Holding* refletem nos aspectos econômico-financeiros, administrativos, legais e societários. Quanto aos aspectos econômico-financeiros, através da concentração do poder econômico na empresa *Holding*, proporcionara maior controle acionário com recursos escassos, minimizar custos, isolamento das dívidas das controladas, maximização da garantia na aplicação de capital, crescimento de negócios rentáveis e facilitação em operações de fusão e incorporação.

Já no que concerne aos aspectos administrativos, destaca-se uma administração centralizada e uniforme que facilita as tomadas de decisões e aumenta o poder de negociação na captação de recursos, bem como as transferências e alocações dos recursos dentro do grupo, concentração de algumas atividades, possivelmente atreladas à redução de despesas operacionais e melhor aproveitamento das estruturas das empresas que fazem parte do conglomerado.

Ainda na perspectiva dos autores supracitados, nos aspectos legais, contribui para elaborar o *planejamento fiscal (procura nos negócios leis jurídicas com menor ou nula tributação)* e tributário, de forma otimizada, com melhor tratamento as exigências setoriais e regionais.

Nascimento, Linhares e Moraes (2013) salientam que em relação à estrutura societária, a consolidação da empresa *Holding* preserva o patrimônio empresarial de possíveis

conflitos familiares e societários e no planejamento sucessório com a facilitação na transmissão de herança. Contrapondo às vantagens, quanto aos aspectos financeiros constituem como desvantagens o não aproveitamento dos prejuízos fiscais em caso de Holding Pura, se o planejamento tributário não for realizado corretamente pode ocasionar aumento na carga tributária, em caso de venda de participação nas empresas afiliadas gera tributação de ganho de capital, aumento de despesas ocasionada pela criação da holding, se ocorrer sinergia negativa resulta em diminuição da distribuição de lucro.

Os reflexos negativos, nos aspectos administrativos, estão relacionados ao aumento dos níveis hierárquicos e com isso maior dificuldade de motivação nos diversos níveis. Em relação aos aspectos legais, se referem às dificuldades operacionais em lidar com as particularidades de cada região e os tratamentos diferenciados para os diversos setores da economia.

Quanto aos aspectos societários, principal exposto desta elaboração, expõem ao tratamento das situações irreversíveis e altamente problemáticas, no âmbito íntimo familiar. Diante do exposto, observa-se que a constituição de uma *Holding* deve ser feita através de um estudo de viabilidade e real necessidade para tal, sendo da mesma forma imprescindível estabelecer o correto tipo societário, a fim de dar a menor margem possível para as desvantagens.

Para a constituição de uma *holding* , não há nenhuma formalidade diferente da constituição de uma empresa. Portanto, deve-se seguir todos os procedimentos inerentes a abertura de uma empresa na região pretendida, com a elaboração do contrato ou estatuto social, averbação na Junta Comercial e respectivas solicitações para Receita Federal do Brasil (para obter o *CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica*) e para a Secretaria do Estado da Fazenda (para obtenção da inscrição estadual ou distrital), além de quaisquer outros procedimentos municipais necessários a natureza da atividade.

No entanto, destaca-se a importância da análise para a eleição na natureza jurídica atribuída à *holding* (simples ou empresária), bem como seu tipo societário (limitada ou por ações), isto porque, de acordo com MAMEDE (2016) a ampla gama de alternativas corresponde um leque diverso de possibilidades. O especialista (operador jurídico, contabilista, administrador de empresa) deverá focar-se nas características da atividade comercial titularizada e, até, nas características da própria família para, assim, identificar qual é o tipo societário que melhor se amoldará ao caso dado em concreto.

Diversas questões devem ser pesadas. Um exemplo claro é a eventual existência de atos operacionais de qualquer natureza, determinando riscos de prejuízos. Se a sociedade só é titular de patrimônio, material e/ou imaterial (incluindo títulos societários), não assumirá obrigações e, assim, não será indispensável recorrer a um tipo societário que preveja limite de responsabilidade entre as obrigações da sociedade e o patrimônio dos sócios. Em oposição, se a sociedade for assumir obrigações, havendo risco de não as suportar, melhor será adotar um tipo societário em que os sócios não tenham responsabilidade subsidiária pelas obrigações sociais, ou seja, a sociedade limitada ou a sociedade anônima.

Para além dessas questões gerais, diversas questões acessórias devem ser consideradas pelo especialista antes de decidir entre uma natureza (simples ou empresária) e um tipo societário, designadamente as motivadoras, gerais e específicas, da constituição, conforme se apure junto aos sócios, bem como as metas que sejam pretendidas. Isso justificará um exame, ainda que resumido, de cada um dos tipos societários para destacar seus méritos e deméritos, considerando a sua utilidade para os fins focados.

Outro ponto importante que deve ser observado é com relação ao capital social da *holding* a ser constituída, que poderá ser integralizado com dinheiro e/ou pela transferência de bens e/ou direitos.

As *holdings* de maneira genérica, possuem as características de uma Sociedade Anônima de capital fechado, logo possuem capital social, livre cessão de capital (capital passível de transmissão), responsabilidade limitada dos acionistas e tudo que abrange o modelo societário, o que as diferencia de fato é que as *holdings* não precisam essencialmente ser de cunho mercantil, ou seja, não necessariamente estarão sujeitas a leis comerciais nem sequer a falência por exemplo isso não quer dizer que não pode haver a dissolução de uma *Holding* por exemplo.

A grande característica da *holding* na verdade se encontra na sua versatilidade justamente pois o segredo de sua celeridade está justamente na elaboração de seu estatuto social, isso porque a simples alteração do mesmo ou dissolução se dá mais rápido e menos burocrática do que qualquer procedimento judicial no Brasil atualmente.

Holdings são sociedades não operacionais que tem seu patrimônio composto de ações de outras companhias. São constituídas ou para o exercício do poder de controle ou para satisfação relevante em outras companhias, visando nesse caso, constituir a coligação. Em geral essas sociedades de participação acionária não praticam operações comerciais, mas apenas a administração de seu patrimônio. Quando exerce o controle, a holding tem uma relação de dominação com as suas controladas que serão suas subsidiárias (CARVALHOSA, 2014, p.17).

Para Tomazzete (2013), as *holdings* são sociedades constituídas para o exercício do poder de controle ou com o objetivo de participação relevante em outras sociedades. Ademais, se revelam como ferramentas úteis para a centralização do controle de determinados grupos, descentralização da administração e também para a gestão unificada de grupos de sociedade. É uma prática que integra a economia moderna. Conforme a explanação da literatura especializada, existem vários tipos de Holding que são classificadas como puras e mistas (ROMANO, 2019).

A diferença entre uma e outra está no fato que as *holdings* puras são criadas com a finalidade de promover a viabilização das quotas e ações de outras sociedades. Já as mistas, por seu turno, são constituídas para realizar atividades empresariais produtivas e também na titularização das quotas e ações de outras sociedades (ALMEIDA, SAVY, 2015).

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A análise fiscal é considerada indispensável para avaliação da viabilidade da constituição de uma sociedade *holding*, para atingir esse propósito é importante que o especialista projete o melhor cenário fiscal, cabe destacar que o planejamento fiscal deve ser constante para que possa atingir as necessidades da empresa e trazer benefícios. Considerando o regime de tributação, as Holdings podem optar pelo Lucro Presumido ou Lucro Real, todavia, o regime que agrega maior vantagem a essas sociedades é o Lucro Presumido devido as alíquotas inferiores.

Segundo Ross (1998, p.85), “a previsão de vendas é o principal predicado em um planejamento financeiro a curto prazo, pois esse planejamento concentra-se nas vendas projetadas em um dado período, nos ativos e financiamentos necessários para sustentar tais vendas”. Um aspecto importante na previsão de vendas é o levantamento de dados coerentes e confiáveis para uma previsão, sendo que tal previsão quando automatizada seja obtida de forma direta e confiável. A previsão de vendas está diretamente ligada a uma análise detalhada dos dados do mercado.

A projeção de vendas geralmente começa com uma revisão das vendas dos últimos 5 a 10 anos, mas na maioria das empresas utiliza-se como parâmetro um passado mais recente para uma previsão mais realista, pois o crescimento futuro está ligado com o passado mais

recente do que o passado distante. Projeção de vendas constitui uma estimativa de vendas em unidades e valores de uma empresa para algum período futuro, geralmente se baseia nas tendências recentes de vendas e, ainda nas projeções das perspectivas econômicas do país, da região, do setor e assim por diante. Se a projeção de vendas se revelar errada, as consequências podem ser sérias.

A primeira é o fato da empresa querer uma abrangência na qual não está preparada ocasionando um despreparo para atender a demanda, causando assim, desconforto aos seus clientes, que passarão a comprar na concorrência. Por outro lado, se a previsão for além do que o mercado possa absorver poderá haver uma retenção de ativos na forma de matéria-prima, máquinas, entre outros não dando a liquidez necessária tendo ainda embutido o custo da oportunidade.

Para Gitman (1997, p.599) “O processo de planejamento de lucros está centrado na elaboração de demonstrações projetadas; a demonstração do resultado e o balanço patrimonial. A elaboração dessas demonstrações exige uma fusão cuidadosa de inúmeros procedimentos que levem em conta as receitas, custos e despesas, obrigações, ativos e participação acionárias, resultantes do nível de operações antecipadas.”

3.1 DETALHAMENTO E ESPECIFICIDADE DO TEMA

A expressão planejamento tem em seu significado literal o ato ou efeito de planejar; trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados; planificação, processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações (pelo governo, pela direção de uma empresa, etc.) visando à consecução de determinados objetivos; elaboração de planos ou programas governamentais, especialmente na área econômica e social.

Já financeiro significa, relativo às finanças, à circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos. Contudo, o conceito de planejamento financeiro tem-se a junção desses dois conceitos levados para um plano empresarial. Atualmente onde a economia sofre variações e encontra-se vulnerável a fatores globais, o plano financeiro empresarial tende a ser mais valorizado e apreciado em primeiro plano no momento de se tomar uma decisão.

Segundo Gitman (1997, p.588), “as empresas utilizam-se de planos financeiros para direcionar suas ações com vistas a atingir seus objetivos imediatos e a longo prazo onde um grande montante de recursos está envolvido”.

Um plano financeiro eficaz deve dar à luz no momento de expor as ligações das diferentes propostas de investimento ligadas às várias atividades operacionais da empresa e as ações de financiamento disponíveis a ela no mercado. De modo paralelo, um plano financeiro atribui a empresa à chance de desenvolver, analisar e comparar muitos cenários de diferentes ângulos, permitindo assim, que questões relativas às linhas futuras de negócios da empresa e os melhores esquemas de financiamento se necessários, sejam analisados.

Segundo Ross (1998, p.82), “Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro”. O planejamento dá a empresa subsídios, para que não seja surpreendida e possa ter uma alternativa já prevista, caso tenha que tomar uma decisão.

Segundo Weston (2000, p.342), “O planejamento financeiro envolve a realização de projeções de vendas, renda e ativos baseados em estratégias alternativas de produção e de marketing, seguidas pela decisão de como atender às necessidades financeiras previstas”.

De acordo com Lemes (2002, p.243) “O planejamento financeiro direciona a empresa e estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Um plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro. Em sua maioria, as decisões numa empresa demoram bastante para serem implantadas. Numa situação de incerteza, isso exige que as decisões sejam analisadas com grande antecedência.”

Uma empresa tem como principal objetivo à criação e obtenção de valor, entretanto outros objetivos também estão implícitos dos quais destaca-se, uma maior taxa de retorno do capital, participação do mercado, obtenção de recursos financeiros.

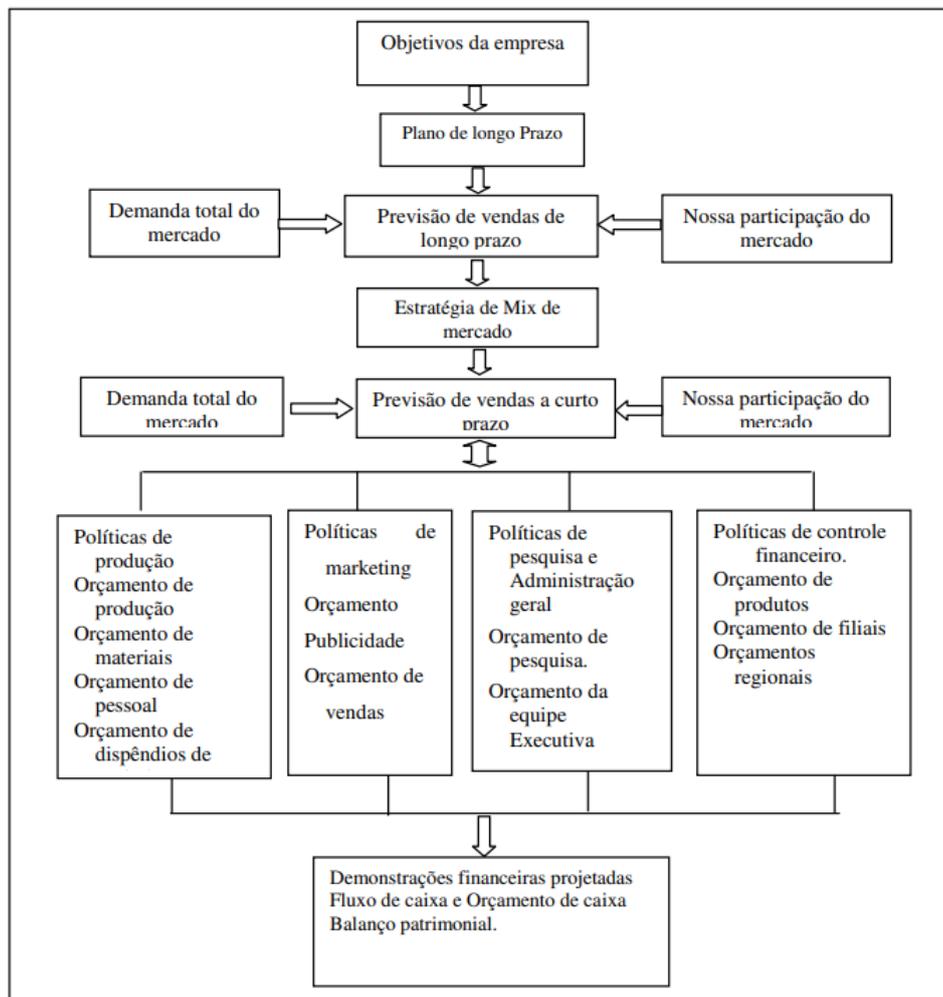
Um bom planejamento financeiro é a forma de garantir que os objetivos e planos traçados em relação às áreas particulares de operação da empresa sejam viáveis e internamente coerentes. O planejamento financeiro ajuda a estipular metas, deixando os gestores motivados, oferecendo os mecanismos para avaliação dos resultados.

O processo de planejamento financeiro começa com a especificação dos objetivos da empresa, após o que a administração divulga uma série de previsões e orçamentos para cada área significativa da empresa. (WESTON, 2000, p.343).

Planejamento e controle estão diretamente ligados. Planejamento é necessário para a fixação de padrões e metas, já o controle permite obter informações e comparar os planos com os desempenhos reais e fornecer meios para a realização de um processo de *feedback* no qual o sistema pode se transformado para que atinja uma situação esperada.

Na figura 2 ressalta-se todas as subdivisões necessárias para um bom planejamento financeiro comercial,

Figura 2 – Visão geral do planejamento financeiro, é perceptível que a divisão nos setores dentro das empresas, baseiam-se no conjunto de premissas iniciais levantadas pela alta administração, como os objetivos principais da empresa e a partir desse contexto há a distribuição de todas as previsões e orçamentos que são essenciais para um planejamento geral da empresa.



Fonte: Weston, J. Fred; Brigham, Eugene F. p.344.

Para Braga (1992, p.230), o planejamento financeiro compreende a programação avançada de todos os planos da administração financeira e a integração e coordenação desses planos com os planos operacionais de todas as áreas da empresa.

Desta forma, o planejamento financeiro é realizado e desenvolvido em duas etapas, a curto prazo e a longo prazo, acompanhando a execução do planejamento financeiro global, mediante as investigações das variações orçamentárias, onde as principais correspondem a previsão de vendas e orçamento de caixa.

Com relação ao planejamento financeiro, Gitman (1997, p.588) discorre, “o processo de planejamento financeiro se inicia com a projeção de planos financeiros a longo prazo, ou estratégicos, que por sua vez direcionam a formulação de planos e orçamentos operacionais a curto prazo”

O planejamento organizacional da empresa tem como objetivo produzir dados confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios. De acordo com Brigman e Houston (1999), a coleta e registro de dados, assim como elaboração das demonstrações financeiras é atribuição da contabilidade

Para Souza (2010) o planejamento e administração financeira dizem respeito à transformação dos dados financeiros, de modo que possam ser utilizados para monitorar a situação financeira da empresa. A análise financeira serve para avaliar decisões que foram tomadas pela empresa em épocas passadas, bem como fornece subsídio para o planejamento financeiro, com vistas ao futuro. Todas as decisões financeiras devem ser constantemente monitoradas e controladas, e, após planejadas, deve-se verificar se estão seguindo o plano traçado. Quanto antes for tomada a ação adequada, menor a chance de a administração financeira ser ineficiente.

O planejamento deve ser flexível, visando obter os melhores resultados possíveis, permitindo estratégias alternativas para substituir os planos existentes quando os desdobramentos econômicos e financeiros divergirem dos padrões esperados.

Halloran (1994, p. 22), sobre o planejamento financeiro, presume a sua elaboração e resume: “embora as projeções financeiras sejam apenas uma estimativa, elas tornam-se mais concretas à medida que você colhe um número maior de informações”.

As demonstrações contábeis, especialmente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, servem de matéria-prima para obtenção de diversas informações, tais como:

Índices econômico-financeiros. Segundo Matarazzo (2003, p.147): “Um índice é como uma vela acesa em um quarto escuro”. Segue ele, “A característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa”.

A análise das demonstrações contábeis consiste em uma técnica que realiza a decomposição, comparação e interpretações dos demonstrativos da empresa. A finalidade da análise é transformar os dados extraídos das demonstrações em informações úteis para a tomada de decisão por parte dos contadores, administradores e usuários da empresa (ASSAF NETO, 2002).

Outro indicador a ser usado na análise desse estudo é o balanço patrimonial, que segundo Matarazzo (1998), é uma demonstração contábil que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data. Representando, portanto, uma posição estática da mesma. O Balanço apresenta os Ativos (bens e direitos) e Passivos (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Líquido, que é o resultante da diferença entre o total de ativos e passivo.

Tal estimativa, segundo Zdanowicz (1998, p. 22), leva a projeção financeira ser procedida de atitudes dentro da empresa: Projeção para o futuro – a apresentação do orçamento determinará as novas condições de trabalho como as estimativas: das vendas, dos custos de aquisições de matéria prima, das contratações de mão de obra, dos demais custos indiretos de fabricação e das despesas operacionais da empresa.

A incerteza e o risco são aspectos que devem ser considerados no processo de decisão sobre investimentos. No geral, os administradores devem usar políticas adequadas de investimento, a fim de minimizar o risco. As atividades operacionais existem de acordo com a finalidade do empreendimento, sendo que a determinação das mesmas não é função do administrador financeiro, entretanto, ele poderá contribuir quanto à melhor forma de conduzi-las.

Um dos aspectos essenciais ao se tratar de uma boa administração da empresa para auxiliar na tomada de decisões, está no controle e fluxo de caixa. O fluxo de caixa é importantíssimo para uma empresa, porque ela depende de dinheiro para sobreviver e continuar funcionando. Mas não é só quanto de dinheiro entra e quanto de dinheiro sai que importa, mas também quando esse dinheiro entra e sai do caixa da empresa.

Controlando o fluxo de caixa, a empresa tem um pouco mais previsibilidade e toma menos sustos com a parte financeira da mesma. Controlar o fluxo de caixa toma um pouco de

tempo, mas este controle diminui a possibilidade de falta de recursos, pois o controle pode ser feito diariamente. O ciclo de caixa de uma empresa representa o período de tempo que vai do ponto em que se faz um desembolso para adquirir matérias-primas, até o ponto em que é recebido o pagamento pela venda do produto acabado.

Segundo Gitman (1997), as estratégias básicas a serem empregadas pela empresa na administração do ciclo de caixa são:

- Girar estoques tão rápido quanto possível, evitando a falta de estoques, que poderia resultar na perda de vendas.
- Cobrar duplicatas a receber o mais cedo possível, sem que isso motive perdas futuras de vendas, devido a técnicas que pressionem os clientes de forma exagerada. Descontos financeiros que sejam economicamente justificáveis poderiam ser usados para atingir esse objetivo.
- Retardar o pagamento das duplicatas a pagar tanto quanto possível, sem prejudicar o conceito de crédito da empresa, mas aproveitar quaisquer descontos financeiros favoráveis. Uma das finalidades da gestão de caixa é manter um saldo de caixa adequado às suas atividades, em função da incerteza associada aos fluxos de pagamentos e recebimentos.

Hoji (2004) afirma que as empresas precisam manter o saldo de caixa basicamente para atender às seguintes necessidades:

- pagamentos de transações geradas pelas atividades operacionais, como compra de matéria-prima e contratação de serviços;
- amortização de empréstimos e financiamentos;
- desembolsos para investimentos permanentes;
- pagamentos de eventos não previstos; e
- reciprocidades em aplicação financeira exigidas pelos bancos.

Uma empresa precisa ter recursos aplicados no caixa para poder honrar os compromissos assumidos. Em virtude da falta de sincronização entre os recebimentos e pagamentos, deve-se ter um nível de caixa mínimo a fim de prevenir supostos gastos imprevisíveis.

O caixa mínimo exigido dependerá de uma série de fatores. Neto e Silva (1997) elencam alguns destes elementos:

- Falta de sincronização entre pagamentos e recebimentos de caixa tende a elevar o caixa necessário.

- Grande possibilidade de ocorrência de eventos não previstos no planejamento da empresa que representem desembolsos de caixa.
- Existência de prazos de pagamentos reduzidos. Com o intuito de otimizar a rentabilidade, a empresa deve aumentar, sempre que for economicamente vantajoso, o prazo de pagamento.
- Existência de prazo médio de recebimentos de vendas acima do necessário.

Marion (2006, p.26) considera a contabilidade como um instrumento pelo qual ajuda a administração de uma empresa nas tomadas de decisões, avaliando e analisando todos os dados econômicos da organização a partir de relatórios. As demonstrações contábeis se caracterizam como os próprios relatórios ou sumários que evidenciam os aspectos econômicos e ou patrimoniais.

As principais demonstrações contábeis têm por finalidade realizar um balanço patrimonial, caracterizando assim os bens e também a posição financeira de uma determinada organização. A *Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)* é um tipo de demonstração que evidencia os lucros e ou prejuízos em um tempo de exercício pré-determinado, comparando assim despesas, receitas e outras atividades econômico-financeiras do período. (Bruni e Famá, 2006, p.77).

Nesse sentido Braga (1999, p.166) diz que a análise das demonstrações contábeis são importantes instrumentos gerenciais que permite aos administradores de uma empresa ter uma visão mais ampla dos negócios da organização, garantindo que de certa forma os recursos da empresa sejam aplicados de maneira eficiente e principalmente de acordo com as metas e objetivos operacionais e institucionais da organização. As informações contábeis devem ser desenvolvidas juntamente com a área administrativa da empresa levando em consideração os fatores que envolvem planejamento, execução e análise do desempenho.

Compreende-se que as Demonstrações Contábeis são de suma importância para as pessoas que compõe o cenário organizacional, desde o presente até os funcionários, pois possibilita o esclarecimento das ações econômicas e informações patrimoniais da empresa. As Demonstrações Contábeis também interessam ao público externo, tais como acionistas, clientes, fornecedores e etc., sendo estes usuários das demonstrações.

Silva (2001, p.71) acrescenta que as Demonstrações Contábeis se constituem como um meio de comunicação, um canal pelo qual a empresa apresenta informações e dados aos

diferentes usuários internos e externos caracterizando assim transparência em suas operações, atingindo assim uma dimensão que transpassa o contexto fiscal e compreende a dimensão ética. Segundo o autor uma empresa consciente de suas funções para com seus fornecedores, clientes, acionistas, investidores e funcionários têm estabelecido informações cada vez mais precisas de sua real funcionalidade.

Assaf Neto (2003, p.97) diz que a análise de balanços visa descrever a posição econômica da empresa, embasado nas informações contábeis, prevendo tendências futuras e evolução.

As metodologias empregadas na Análise de Balanço respeitam critérios científicos para chegar a resultados e conclusões. Inicialmente são escolhidos indicadores de análises, esses passam por testes comparando com padrões já estabelecidos. Os elementos analisados apresentam algum diagnóstico o que serve de impulso para possíveis tomadas de decisões (MATARAZZO, 1998, p.276).

Para a extração de informações financeiras, patrimoniais e econômicas, de uma organização, se faz necessário algumas técnicas para análise de balanço, sendo as mais conhecidas e mais eficientes segundo Souza (2010, p. 11), as: Análise horizontal, análise vertical, análise dos índices e quocientes, sendo estes últimos melhores para analisar a saúde financeira das empresas”.

- Análise Horizontal: que indicam o crescimento de itens dos balanços e resultados de acordo com os períodos.
- Análise Vertical: refere-se à avaliação da estrutura de itens bem como o crescimento e evolução no tempo.
- Análise de Liquidez e do Endividamento: Esse tipo de análise relaciona as contas do balanço, indicando se a organização utiliza mais recurso de bancos ou fornecedores e ou se a mesma utiliza recursos próprios, se os recursos de terceiros têm seu vencimento previsto em maior parte em curto prazo ou em longo prazo.
- Análise da Rotatividade: diz respeito ao tempo que os recursos patrimoniais se renovam em um período de tempo.
- Análise de Rentabilidade: São quocientes que comparam a lucratividade com vendas líquidas, o retorno sobre o investimento, e também sobre o patrimônio líquido.
- Retorno Sobre o Investimento: indica os lucros obtidos pela empresa em relação a toda a sua aplicação.

- Retorno sobre o Patrimônio Líquido: Expressa os resultados globais da empresa no que tange os recursos próprios e de terceiros.
- Análise do Fluxo de Caixa: Este tipo de análise evidencia se a empresa terá condições de cumprir com seus compromissos fiscais e financeiros, ou por outro lado se está buscando recursos que venham incrementar a insuficiência de caixa.

Compreende-se que através das interpretações das análises transforma um conjunto de dados em informações, passando assim a ter valores determinantes para servir de ponto de partida para delinear perspectivas futuras.

Fortes (2001, p.52) considera que ainda não existe nenhuma ferramenta ou sistema de registro, controle e análise patrimonial que seja mais eficaz no contexto empresarial do que a contabilidade. As diferentes decisões empresariais muitas vezes dependem dos aspectos contábeis.

Para que as análises contábeis sejam bem aproveitadas como estímulo a uma estrutura societária com fortes decisões empresariais, há a necessidade de se efetivar uma boa interação entre o *Sistema de Informações Gerenciais (SIG)* e o *Sistema de Informações contábeis (SIC)* e analisando particularmente o aspecto de cada sistema, é notório verificar como a interação de ambos auxilia para que as informações sejam substanciais nas tomadas das decisões empresariais.

Segundo Nash e Roberts (1984), citado por Oliveira (2009, p.26), Sistema de Informações Gerenciais é uma combinação de pessoas, facilidades, tecnologias, ambientes, procedimentos e controles, com os quais se pretende manter os canais essenciais de comunicação, processar certas rotinas típicas de transações, alertar os executivos para a significância dos eventos internos e externos e proporcionar uma base para a tomada de decisão inteligente.

Para O'Brien (2009, p.283) um SIG gera produtos de informação que apoiam muitas das necessidades de tomada de decisão da administração. Os relatórios, telas e respostas produzidos por esses sistemas fornecem informações que os gerentes especificaram de antemão para o adequado atendimento de suas necessidades de informação.

Diante desse contexto, o SIG deve ser muito bem elaborado e executado, visto que as empresas atuam num cenário competitivo e para sobreviverem necessitam de uma boa gestão evitando decisões equivocadas que levem ao insucesso da organização. Nesse sentido, a

empresa que possui planejamento, organização, liderança, e controle apropriados, ou seja, um SIG adequado, segundo Oliveira (2009, p.31) pode alcançar os seguintes benefícios:

- Diminuição dos custos das operações;
- Relatórios mais precisos e rápidos propiciados pela melhoria do acesso às informações;
- Fornecimento de informações mais rápidas e precisas contribuem para a melhoria na tomada de decisões;
- Melhoria na produtividade, tanto setorial quanto global;
- Estímulo de maior comunicação entre os gestores;
- Melhoria nos serviços realizados e oferecidos à empresa, sejam eles internos e externos.
- Fornecimento de projeções e simulações melhores dos efeitos das decisões;
- Estrutura organizacional melhorada, por fluxo de informações facilitado;
- Melhoria da empresa em se adaptar para enfrentar fatos não previstos com as constantes mutações nos fatores ambientais e externos;

Segundo Padozeve (2009, p.123) o Sistema de Informação Contábil ou o Sistema de Informação de Controladoria são os meios que o contador geral, o contador gerencial ou o controler, utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude.

Atualmente, o Sistema de Informações Contábeis visa tanto os dados e informações financeiros quanto não financeiros. Antes, o padrão do SIC era coletar, processar e fornecer informações apenas de cunho financeiro para as partes internas e externas à companhia. (MOSCOVE *et al.* 2002, p.24)

Um sistema contábil bem elaborado e administrado é fundamental na gestão e no processo decisório da organização. Assim, segundo Lunkes e Schnorrenberger (2009, p.103) um dos instrumentos fundamentais na geração de informações é o sistema de contabilidade. Sendo assim, o SIC forma a base para um amplo sistema de informações, com a geração de informações em parâmetros de valor para inúmeras finalidades. O desenvolvimento de um sistema de informações eficaz requer a existência de um adequado sistema contábil.

Diante disso, o sistema de informação contábil deve gerar informações administrativas, econômicas e financeiras, tais como: relatórios de custos, fluxo de caixa, faturamento, contas a pagar e a receber, além de relatórios para investidores e credores e para a administração.

“Existem muitos tipos diferentes de relatórios contábeis. Alguns, como as declarações financeiras, são preparados periodicamente. Um SIC pode gerar outros relatórios somente quando determinados eventos ocorrem.” (MOSCOVE et al. 2002, p.109)

Assim, o SIC pode gerar vários tipos de relatórios a pedido dos gestores. Esses relatórios permitem comparações de períodos e departamentos gerando informações úteis que auxiliam os administradores a criarem padrões para a organização.

Conforme Lunkes e Schnorrenberger (2009, p.104), o conceito central dos sistemas de informações é permitir que a empresa tenha visão completa dos seus negócios e portanto, é importante considerar informações quantitativas, qualitativas, financeiras e não financeiras, para a tomada de decisões. É fundamental fornecer aos gestores dados financeiros e não financeiros e ainda informação necessária para preparar e supervisionar áreas de responsabilidade. Para fornecer assessoramento aos seus usuários, o sistema de informações contábeis conta com os setores da alta administração, controladoria e demais níveis da organização.

Segundo Bodie e Merton (1999, p. 416), “o planejamento financeiro é um processo dinâmico que percorre um ciclo de montagem de planos, sua implementação e revisão à luz dos resultados reais”. O planejamento estratégico é o ponto de partida de qualquer planejamento financeiro, visto que, é o responsável pelas diretrizes de desenvolvimento e crescimento.

Brealey e Myers (1998) apresentam um conceito em que o planejamento financeiro é visto como um processo de:

- a) Análise das opções de financiamento e de investimento de que a empresa dispõe;
- b) Projeção das consequências das decisões presentes, de modo a evitar surpresas e a compreender a ligação entre as decisões presentes e futuras;
- c) Decisão sobre quais as alternativas a adotar (estas decisões estão incorporadas no plano financeiro final);
- d) Avaliação do desempenho subsequente face aos objetivos estabelecidos no plano financeiro.

Complementando as conceituações acima, Braga (1995) apresenta os seguintes passos para o planejamento financeiro:

- a) Projetar os recursos que se fazem necessários na execução de planos operacionais;

b) Definir o montante que poderá ser adquirido internamente e quanto será necessário se captar de recursos externos;

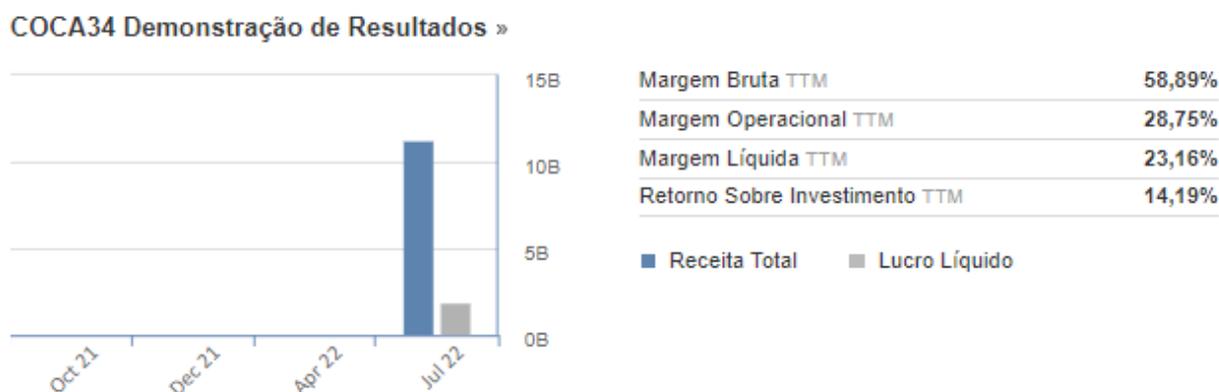
c) Quando for preciso, ter discernimento para avaliar o que pode ser considerado como melhor meio e fonte na captação de recursos adicionais;

d) Determinar o melhor método de emprego dos recursos obtidos interna e externamente para pôr em prática os planos operacionais.

4. RESULTADOS

Na figura 3 há a sumarização da demonstração de resultados anual da Coca-Cola Brasil, tendo em consideração o ano de 2022 nesse levantamento. E observou-se que em um curto período de tempo já se tem um bom retorno sobre o investimento de 14%, além das margens sobre as vendas apresentarem um bom percentual.

Figura 3 – Demonstração de resultado anual Coca-Cola Brasil



Fonte: Ibovespa (2022).

Na figura 4, sumariza-se o levantamento de resultados detalhado, onde analisa-se também um comparativo com o ano de 2021, verificando assim a evolução das receitas operacionais, mesmo com uma representatividade de queda em meados de 2021, a percepção do seu crescimento demonstra o bom planejamento financeiro da empresa.

Figura 4 – Demonstração de resultado anual detalhado

Encerramento do Exercício:	01.07.2022	01.04.2022	31.12.2021	01.10.2021
Receita Total	11325			
Lucro Bruto	6495			
Receitas Operacionais	3359	3503	2001	3016
Lucro Líquido	1905			

Fonte: Ibovespa (2022).

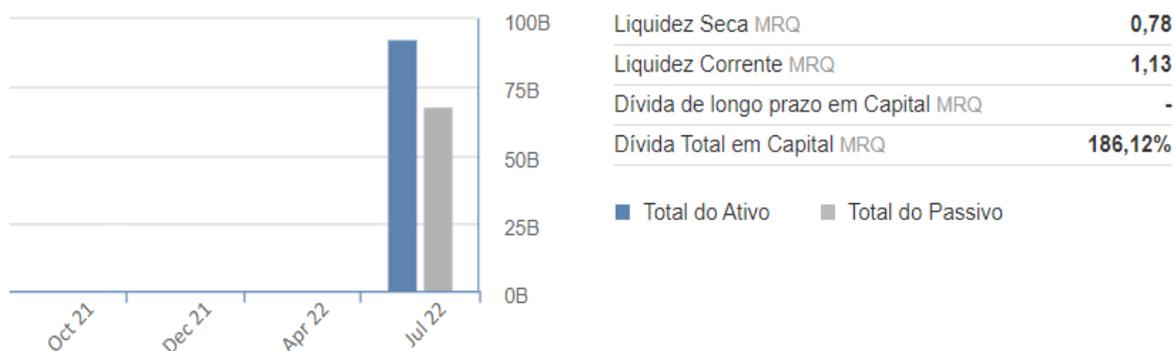
4.1 Balanço Patrimonial

Com base no fluxo de caixa projetado, é possível que também seja feita a projeção do Balanço Patrimonial da empresa. O balanço projetado é a demonstração de encerramento do plano geral de operações da instituição. Relaciona o conjunto de bens, direitos e obrigações para o período orçado. O balanço projetado permite uma avaliação antecipada sobre a capacidade financeira e patrimonial.

Na figura 5 há a sumarização do balanço patrimonial, onde analisa-se a necessidade de elevar um pouco mais as vendas para cobrir a dívida total em capital, porém é notório que tal crescimento pode ser realizado de maneira expressiva, pois o total de ativos é muito mais elevado que o total de passivos.

Figura 5 – Balanço patrimonial resumido

COCA34 Balanço Patrimonial »



Fonte: Ibovespa (2022).

Na figura 6 há o balanço patrimonial detalhado, onde é possível observar com maior nitidez os valores exatos correspondentes a quantidade de ativos e passivos e ativos da empresa, para assim os administradores tomarem decisões gerenciais que impactarão tais resultados visando cada vez mais o crescimento.

Figura 6 – Balanço patrimonial detalhado

Encerramento do Exercício:	01.07.2022	01.04.2022	31.12.2021	01.10.2021
Total do Ativo	93169			
Total do Passivo	68366			
Total do Patrimônio Líquido	24803			

Fonte: Ibovespa (2022).

4.2 Fluxo de Caixa

Longenecker, Moore e Petty (1997) dizem que o fluxo de caixa são as variações ocorridas, num determinado período de tempo, entre entradas e saídas do próprio caixa, e divide-o em três: os fluxos de caixa gerados pelas operações, os investimentos efetuados pela empresa e as transações de financiamentos.

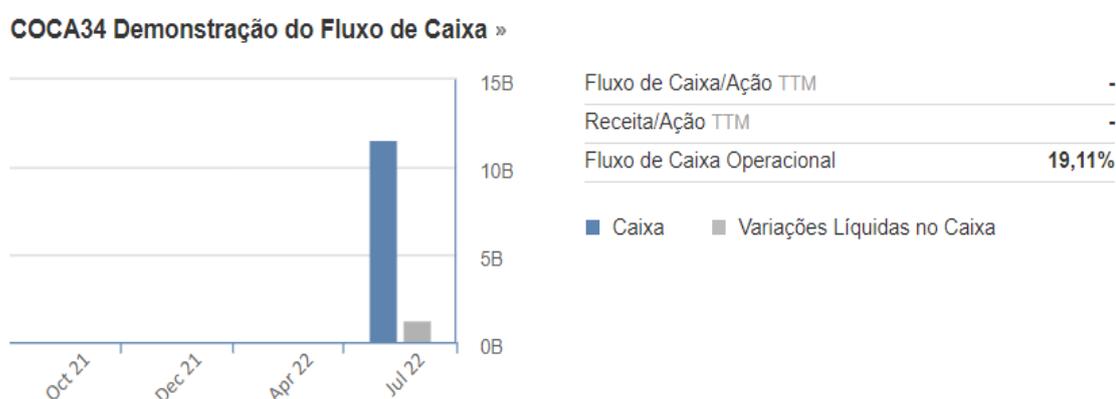
O primeiro é o mais complexo, pois envolve as atividades rotineiras da empresa, como cobranças realizadas junto á clientes, pagamentos relativos a operações e impostos, recebimento de clientes e fornecedores, ou mesmo pagamentos a fornecedores.

O ponto de partida nesse caso é realmente a essência do fluxo de caixa, de acordo com estes últimos autores citados, pois determina as entradas referentes a recebimentos e abate-as dos valores de pagamentos, obtendo, portanto, o valor real que se terá após as operações.

Chiavenato (2000), aborda ainda que os fluxos de caixa são os orçamentos departamentais de despesas, de encargos sociais, de reparos e manutenção de máquinas e equipamentos, de custos de produção, de despesas de promoção e propaganda.

Na figura 7 há o resumo do fluxo de caixa da empresa, apresentando assim que há uma baixa adesão de porcentagem correspondentes aos custos operacionais, o que é bom para a empresa, pois permite uma alocação melhor dos recursos provindos das vendas em crescimento comercial e na divisão dos lucros.

Figura 7 – Fluxo de Caixa resumido



Fonte: Ibovespa (2022).

Na figura 8 há o fluxo de caixa detalhado, onde é possível analisar a variação dos custos operacionais, de investimento e financiamento, considerando que o de financiamento necessita sempre ser o menor deles caso a empresa vise um potencial crescimento no futuro.

Figura 8 – Fluxo de Caixa em atividades

Encerramento do Exercício:	01.07.2022	01.04.2022	31.12.2021	01.10.2021
Período:	0 Meses	0 Meses	0 Meses	0 Meses
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3923			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-1291			
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-975			
Variações Líquidas no Caixa	1323			

* Em Milhões de (exceto dados por ação)

Fonte: Ibovespa (2022).

A figura 9 detalha um pouco mais o fluxo de caixa da empresa que esta sendo estudada, nela é notório que os maiores custos nas atividades advém dos impostos e encargos que no Brasil sempre acabam representando a maior porcentagem das operações. Além do elevado custos de itens de retorno não monetários, mas que são essenciais para o bom funcionamento da empresa.

Figura 9 – Fluxo de Caixa detalhado

Encerramento do Exercício:	2022 01/07	2022 01/04	2021 31/12	2021 01/10
Período:	0 Meses	0 Meses	0 Meses	0 Meses
Lucro Líquido do Exercício	1905	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais ▾	3923	-	-	-
Depreciação /Exaustão	322	-	-	-
Amortização	-	-	-	-
Impostos Diferidos	-	-	-	-
Itens não Monetários	1154	-	-	-
Recebimentos	-	-	-	-
Pagamentos em Espécie	-	-	-	-
Impostos Pagos	-	-	-	-
Juros Pagos	-	-	-	-
Capital de Giro	542	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento ▾	-1291	-	-	-
Despesas de Capital	-270	-	-	-
Outros Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento, Total	-1021	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento ▾	-975	-	-	-
Ítems de Financiamento	-43	-	-	-
Total de Dividendos pagos	-1904	-	-	-
Emissão de Ações (Aposentadoria), Líquido	-461	-	-	-
Emissão de Dívida (Aposentadoria), Líquido	1433	-	-	-
Efeito do Câmbio	-81	-	-	-
Variações Líquidas no Caixa	1323	-	-	-
Saldo Inicial em Caixa	7653	-	-	-
Saldo Final em Caixa	8976	-	-	-
Fluxo de Caixa Livre	3654,62	-468,38	1719,5	2572,75
Crescimento do Fluxo de Caixa Livre	880,28	-127,24	-33,16	-19,58
Rendimento do Fluxo de Caixa Livre	1,31	-	-	-

* Em Milhões de (exceto dados por ação)

Fonte: Ibovespa (2022).

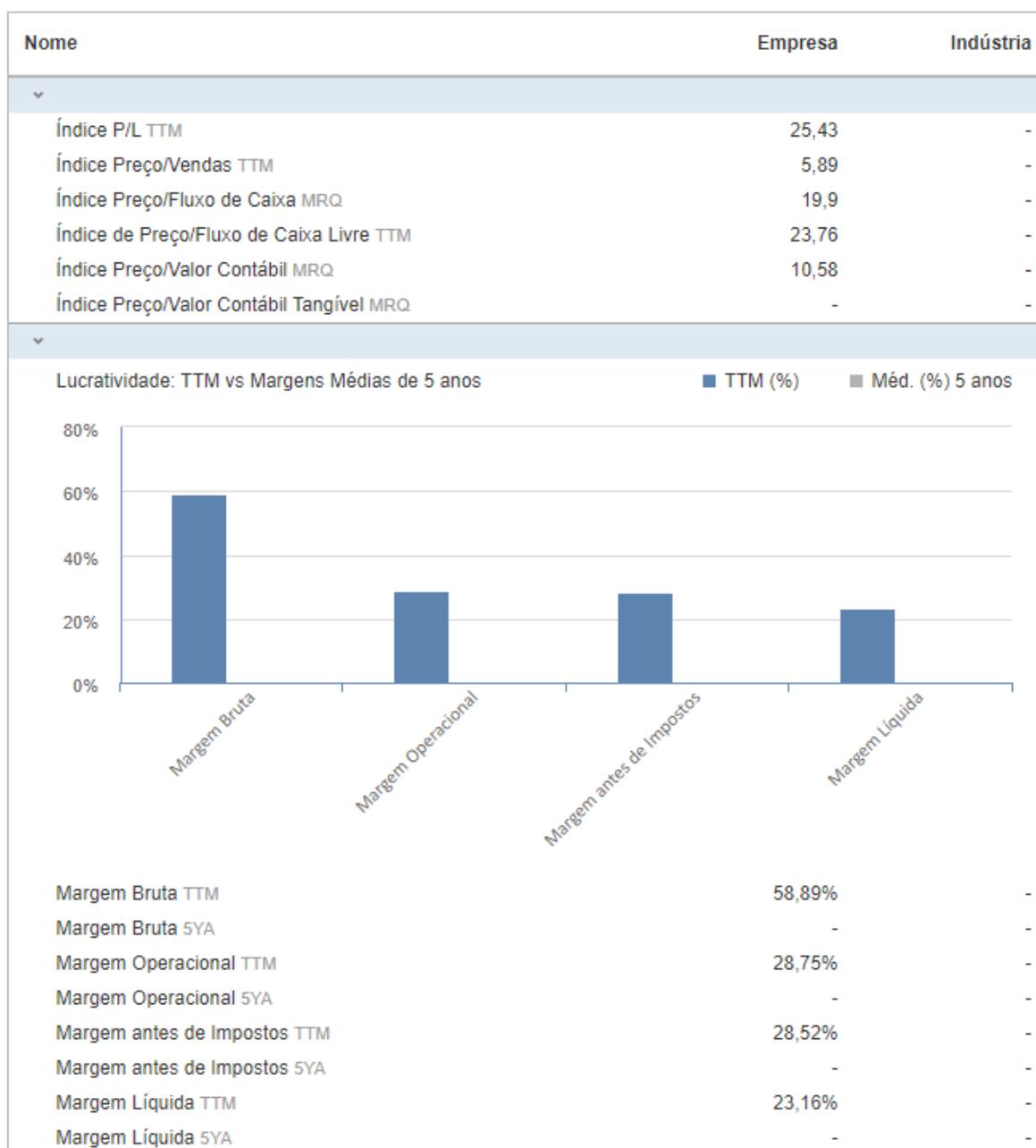
4.3 Indicadores

Na figura 10 são apresentados alguns indicadores contábeis que impactam diretamente no retorno financeiro final da empresa. Verifica-se que as margens de lucro antes e após os

impostos, impactam bastante no retorno comercial da empresa, sendo de grande relevância no processo de tomada de decisões da alta administração da empresa.

Figura 10 – Indicadores resumido

COCA34 Indicadores Fundamentalistas

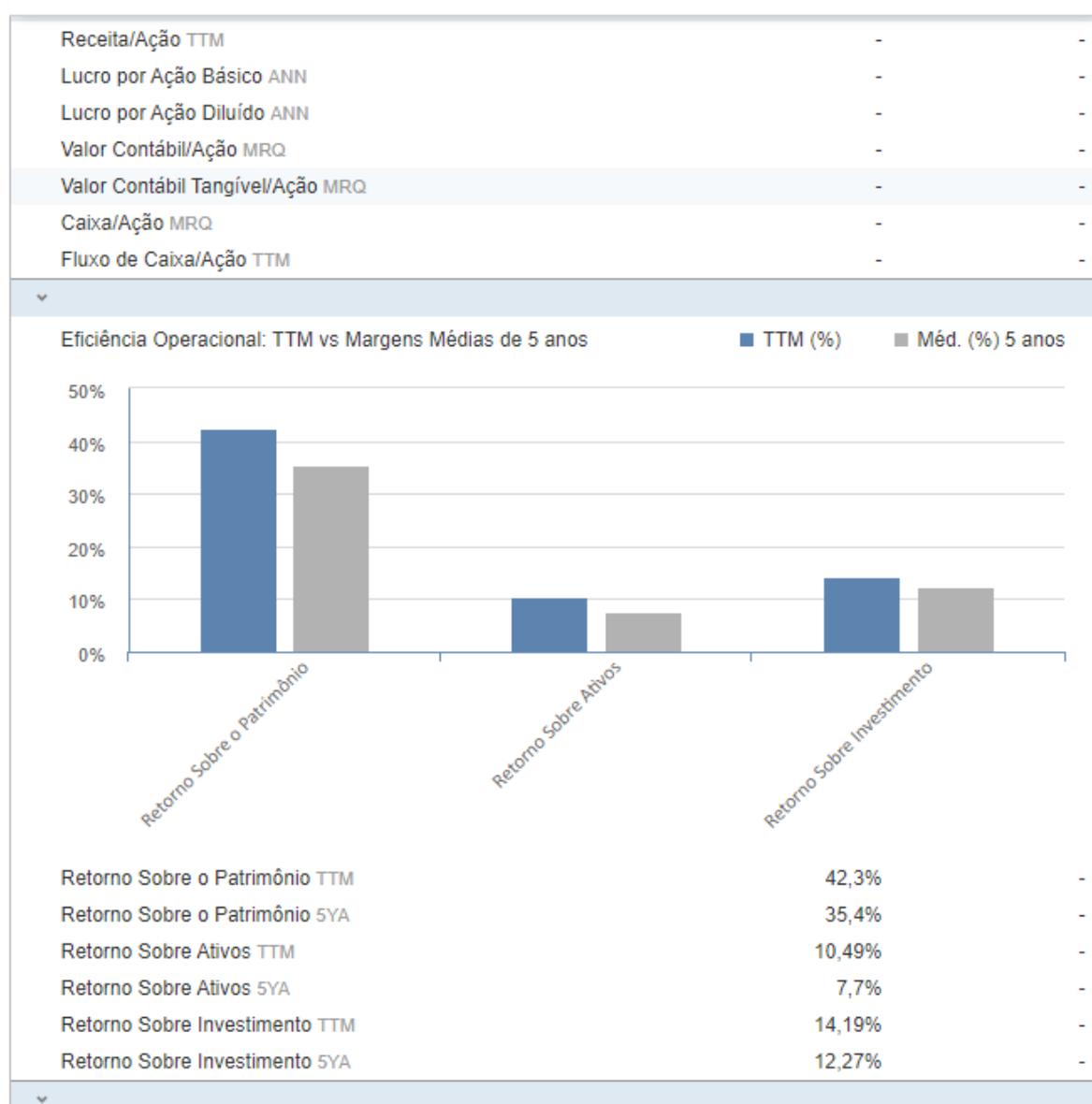


Fonte: Ibovespa (2022).

Na figura 11 os indicadores já estão divididos em categorias, analisando-se assim os tipos de retorno sobre os investimentos iniciais que são realizados na empresa. Observa-se que o retorno patrimonial representa a maior porcentagem, mesmo assim encontra-se abaixo de 50%, o que representa a tomada de ações de gerenciamento que eleve um pouco mais essa porcentagem sobre o custo total do patrimônio, para futuros fins da empresa.

Figura 11 – Indicadores por tipos

Coca-Cola BDR 50,59 -0,30 (-0,59%)



Fonte: Ibovespa (2022).

Na figura 12 há a sumarização das divisões dos indicadores contábeis da empresa, verifica-se que a dívida da empresa ainda é muito elevada comparado ao retorno de seus lucros e crescimento de vendas, resultando assim em decisões essenciais que impactarão diretamente no crescimento da porcentagem das vendas para um maior abatimento desse custo.

Figura 12 – Indicadores resumido

Coca-Cola BDR 50,59 -0,30 (-0,59%)

▼		
LPA (MRQ) vs Trim. do ano Anterior MRQ	-28,17%	-
LPA (TTM) vs TTM do ano Anterior TTM	17,88%	-
Crescimento do LPA em 5 anos 5YA	-	-
Vendas (MRQ) vs Trim. do ano Anterior MRQ	11,81%	-
Vendas (TTM) vs TTM do ano Anterior TTM	13,48%	-
Crescimento de Vendas em 5 anos 5YA	-1,58%	-
Crescimento de Despesas de Capital em 5 anos 5YA	-	-
▼		
Liquidez Seca MRQ	0,78	-
Liquidez Corrente MRQ	1,13	-
Dívida de longo prazo em Capital MRQ	-	-
Dívida Total em Capital MRQ	186,12%	-
Eficiência ▼		
Giro do Ativo TTM	0,45	-
Giro do Estoque TTM	4,92	-
Receita/Empregado TTM	-	-
Lucro Líquido/Empregado TTM	-	-
Giro de Contas a Receber TTM	-	-
▼		
Dividend Yield ANN	2,9%	-
Dividend Yield Médio em 5 anos 5YA	-	-
Taxa de Crescimento do Dividendo ANN	2,44%	-
Índice de Payout TTM	-	-

TTM = 12 Meses Atrás 5YA = Média 5 anos MRQ = Trimestre mais Recente

Fonte: Ibovespa (2022).

4.4 ANÁLISE DA PESQUISA (OU DISCUSSÃO)

Os dados necessários para a preparação de demonstrações projetadas utilizando-se a técnica simplificada são: as demonstrações financeiras do ano passado e uma previsão de vendas para o ano seguinte. Um ponto importante a ser considerado na técnica simplificada envolve diretamente a linha de produção, pois cada modelo fabricado pelo mesmo processo exige quantidades de matérias-primas e mão-de-obra diferentes. O administrador da área financeira tem por base o uso de aproximações simplificadas para apreciar demonstrações projetadas. As técnicas mais populares baseiam-se na confiança de que as relações financeiras verificadas nas demonstrações financeiras passadas não sofram modificações significativas para o período seguinte

Um dos fins das demonstrações projetadas é a estimativa de valor externo exigido para financiar um dado nível de vendas, outra finalidade é a base para analisar antecipadamente o nível de lucratividade e o desempenho financeiro global da empresa para o ano seguinte. Aspectos como liquidez, atividade, endividamento e lucratividade também podem ser auferidos com isso, pode-se preparar o demonstrativo de fluxo de caixa projetado. Em virtude das demonstrações financeiras projetadas, tanto o administrador quanto o credor terão subsídios para analisar as origens e aplicações de recursos da empresa.

Com isso, poderão ser tomadas medidas para adequar as operações planejadas do ano seguinte, a fim de atingir metas financeiras. Uma demonstração do resultado projetado é sendo o lucro projetado pequeno é possível tomar decisões que provoquem aumento de preço, corte nos custos ou ambos. De maneira análoga se o nível projetado de contas a receber for elevado, é possível instituir mudanças na política de crédito. Em virtude disso, as demonstrações financeiras projetadas são de vital importância na construção dos planos financeiros do ano seguinte.

Gitman (1997, p.608) ressalta que para se tornar eficiente e ter uma maior credibilidade por parte da área administrativa da empresa o processo de planejamento financeiro deve atentar para pontos cruciais, como o planejamento de caixa, planejamento de lucros e a previsão de vendas, entre outros.

Zdanowicz (2000) considera o orçamento de caixa como o instrumento mais importante que a empresa pode utilizar para alcançar o equilíbrio financeiro durante o período de projeção orçamentária. O autor propõe três métodos para elaboração desse orçamento:

a) Direto: esse método é baseado no lançamento de todos os ingressos e desembolsos projetados para o período e em um terceiro momento são 30 definidas as políticas de caixa da empresa, como nível desejado de caixa, amortizações e desembolsos a realizar;

b) *Lucro Ajustado*: também denominado de lucro direto, esse método é baseado nas projeções de elementos patrimoniais para o período orçado pela empresa e resulta da diferença entre as receitas e custos estimados para o período. A base para início do orçamento é o lucro líquido operacional ou prejuízo operacional;

c) Diferença de Capital de Giro: constitui-se de duas etapas, na primeira é calculado o capital circulante líquido da empresa entre os exercícios realizados e projetados, relacionando-se as variações que ocorrerão em itens de longo prazo decorrentes do DRE e Balanços Projetados e na segunda etapa são relacionados os itens que representam ingressos ou desembolsos decorrentes de resultados patrimoniais ou de longo prazo.

As demonstrações contábeis e financeiras estão previstas na Lei 6404/1976 e compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado do Exercício, Demonstração das Mutações patrimoniais podendo ser substituída pela Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Qualquer projeção de necessidade financeira envolve determinar quanto dinheiro a empresa necessitará em um dado período e o quanto à empresa gerará de recursos através das operações nesse mesmo período e subtrair os recursos gerados dos recursos exigidos para determinar necessidades financeiras externas.

A análise vertical detalha a participação de cada item do balanço patrimonial sobre os ativos ou passivos totais.

O cálculo da análise vertical é importante para identificar uma série de questões fundamentais a gestão financeira da empresa, tais como:

- percentual de receitas a receber no curto e no longo prazo;
- peso das despesas sobre o patrimônio da empresa;
- representatividade do estoque sobre o ativo;
- montante percentual de dívidas e obrigações de curto e longo prazo;
- impacto dos investimentos sobre o patrimônio.

Para calcular a *análise vertical* (AV), aplicou-se a seguinte fórmula:

$$\mathbf{AV (\%) = valor do item / valor da base do cálculo x 100}$$

Análise vertical da empresa em estudo:

$$AV (\%) = \text{ativo circulante} / \text{total dos ativos} \times 100$$

$$AV (\%) = AV (\%) = \text{ativo circulante} / \text{total dos ativos} \times 100$$

$$AV (\%) = 93169 / 186.388 * 100$$

$$\mathbf{AV = 49,98}$$

Buscou-se também analisar o índice da relação do volume de negócios ativos, para que se verifica-se se a *holding* mista com a Coca-Cola traria um bom retorno. É notório na tabela a seguir que o índice da relação de volume de negócios totais teve um decréscimo desde o período de 2005, resumizando assim que a empresa sofre variadas oscilações no mercado, porém não possui um retorno tão bom para os negócios.

Na figura 13 ressalta-se os parâmetros a serem observados para a tendencia de investimentos na empresa a longo prazo, é notório que o fator mais impactante é a receita operacional líquida, e que os períodos de 2005 a 2009 foram os períodos de melhores resultados para a empresa.

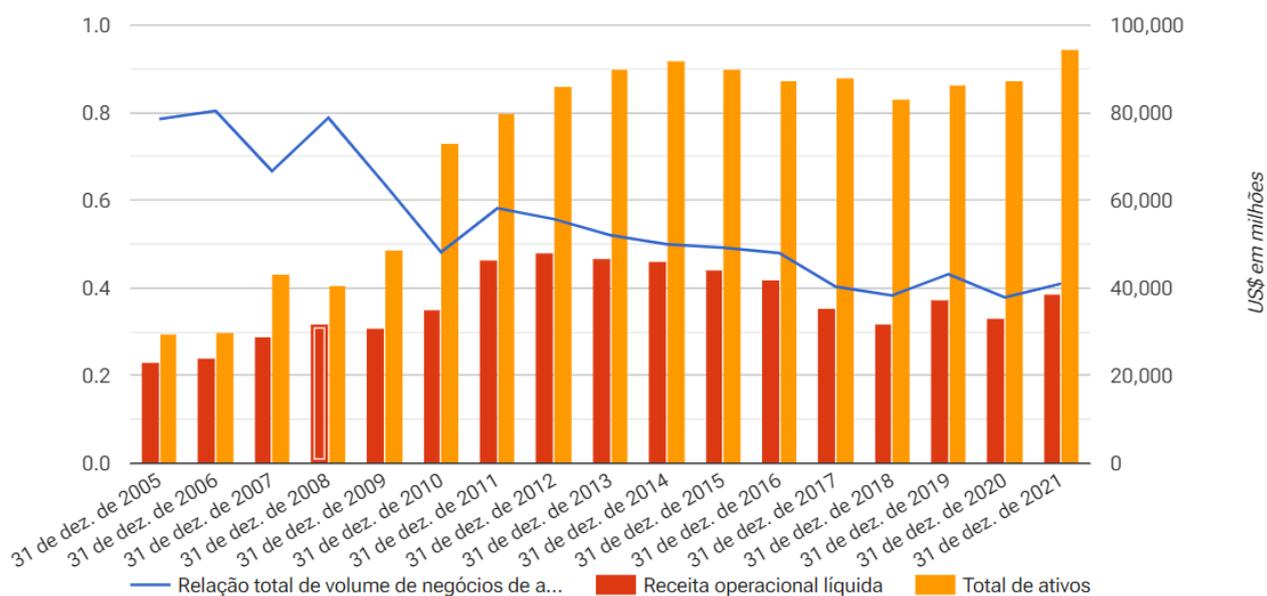
Figura 13- tendência a logo prazo de negócios na Coca-Cola

Período	Relação total de volume de negócios de ativos	=	Receita operacional líquida	÷	Total de ativos
31 de dez de 2021	0,41		38.655		94.354
31 de dez de 2020	0,38		33.014		87.296
31 de dez de 2019	0,43		37.266		86.381
31 de dez de 2018	0,38		31.856		83.216
31 de dez de 2017	0,40		35.410		87.896
31 de dez de 2016	0,48		41.863		87.270
31 de dez de 2015	0,49		44.294		90.093
31 de dez de 2014	0,50		45.998		92.023
31 de dez de 2013	0,52		46.854		90.055
31 de dez de 2012	0,56		48.017		86.174
31 de dez de 2011	0,58		46.542		79.974
31 de dez de 2010	0,48		35.119		72.921
31 de dez de 2009	0,64		30.990		48.671
31 de dez de 2008	0,79		31.944		40.519
31 de dez de 2007	0,67		28.857		43.269
31 de dez de 2006	0,80		24.088		29.963
31 de dez de 2005	0,79		23.104		29.427

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Na figura 14, é observado graficamente essa variação para auxiliar no entendimento referente aos investimentos que devem ser realizados na empresa. A receita operacional apresenta uma redução ao passar do período, o que é bom para a empresa, pois nota-se que os lucros de divisão aos societários serão maiores e o total de ativos da empresa elevou consideravelmente.

Figura 14 – Representação gráfica da relação do volume de negócios



Porém, mesmo apresentando esses índices, a Coca-Cola reportou um lucro líquido de US\$ 2,4 bilhões (R\$ 13,3 bilhões) no terceiro trimestre de 2021. A companhia apresentou um aumento de 42% na comparação com igual período do ano anterior. O avanço representa um ganho por ação de US\$ 0,65. A empresa apurou lucro líquido de US\$ 2,47 bilhões nos três meses encerrados em setembro, um avanço de 42% na comparação com igual período de 2020.

Segundo análise do BTG Pactual (BPAC11), a Coca-Cola (COCA34) se tornou um dos negócios mais sólidos e lucrativos do mundo, com aproximadamente 50% de ROE (retorno sobre o patrimônio líquido), 33% de margem EBITDA e distribuindo bilhões de dólares em dividendos anualmente (3% de dividendo yield 2021E).

No cenário atual de inflação global elevada, com aumentos de custos generalizados, principalmente de matérias-primas e de mão-de-obra, os setores mais defensivos, como os de alimentos, saúde e utilities tendem a ter melhor performance nos mercados.

A capacidade de repassar aumentos de custos é facilitada pela essencialidade dos seus produtos e serviços e pelo forte apelo das marcas aos consumidores, e a Coca-Cola, líder global na fabricação e comercialização de bebidas não alcoólicas, se destaca.

A Coca-Cola (COCA34) é conhecida por ser boa pagadora de dividendos. Aliás, ela manteve, mesmo durante a pandemia, uma distribuição crescente de proventos, que vem sendo registrada já há 58 anos.

Segundo o relatório Brand Footprint, feito pela Kantar, a Coca foi o refrigerante mais consumido em 2020, isto pelo oitavo ano consecutivo. Isto mostra a representatividade e força da marca.

Mas, devido ao fechamento de muitos bares e restaurantes, a empresa precisou ampliar sua estratégia. Segundo dados, pelo menos 50% do consumo dos produtos da empresa acontecia, até a pandemia, fora de casa. Ou seja, com o fechamento de muitos estabelecimentos, houve uma queda considerável em suas vendas.

No final de 2020, a empresa parou de produzir mais de 200 marcas. Por exemplo, a Tab, água de coco Zico e sucos Odwalla. A estratégia dessa redução foi oferecer resultados melhores. Assim, ela focou em seus rótulos prioritários, como a própria Coca, a água saborizada H2O e o alcoólico Topo Chico

Para suprir o prejuízo com a pandemia, a multinacional focou também nos canais de vendas online. Bem como em campanhas em aplicativos como o Ifood. Assim, descontos, promoções e selos de fidelidade foram utilizados.

No Brasil, a companhia lançou uma iniciativa que ajuda e beneficia microempreendedores com crédito. Também ofereceu uma ação de incentivo direta para empreendedores negros. Em 2021, a empresa manteve a redução de portfólio e focou nos produtos com mais saída.

Em novembro de 2021, a Coca-Cola comprou a empresa de bebida esportiva americana Bodyarmor por US\$ 5,6 bilhões. Este é o maior negócio do tipo da empresa de refrigerante. A multinacional já detinha 15% de participação na companhia concorrente da Gatorade.

A Bodyarmor foi fundada há 10 anos e cresceu com investimentos de jogadores esportivos. O jogador de basquete Kobe Bryant, que morreu em 2019, era um dos principais investidores.

Para 2022, a Coca-Cola está confiante na dinâmica subjacente dos negócios, apoiada pela transformação do trabalho, agenda de inovação e uma abordagem mais eficiente e eficaz de marketing.

5. CONCLUSÕES

Conforme observado nesse estudo, a *holding* empresarial mista causa um grande impacto nas empresas, tornado a administração corporativa mais objetiva, especializada, e viabilizando uma melhor estruturação para a tomada de decisões por parte dos sócios e acionistas das empresas. Por meio das análises supracitadas nesse estudo é notório que a tomadas de decisões do grupo societário que compõe a *holding* vem única e exclusivamente da análise contábil que é demonstrada pela empresa. Logo os sócios que compõem a *holding* mista, tem a autonomia e a capacidade de influenciar na tomada de decisões da empresa, de forma que podem tornar-se importantes coadjuvantes no crescimento da empresa.

Denote-se que a *holding* escolhida, a empresa Coca-Cola Brasil, demonstrou uma performance empresarial positiva cujo resultados são obtidos através da análise contábil das empresas a qual detêm o controle acionário.

Como exemplificação da proposta levantada por esse estudo, foi apresentado a exemplificação da empresa Coca-Cola Brasil, de forma a apresentar os seus índices, fluxo de caixa balanço patrimonial, que foram essenciais para o cálculo da análise financeira vertical da empresa e essenciais na observância da tomada de decisões baseada nesses indicadores.

Analizou-se por meio desse estudo que a empresa Coca-Cola Brasil vem apresentando uma queda em seu lucro presumido, porém, mesmo dessa forma ela ainda tem elevados índices de retorno que garantem um investimento cada vez mais elevado, oriundo de investimentos efetivados tanto durante a pandemia, como após. Logo esses investimentos foram essenciais para que as tomadas de decisões por parte administrativa da empresa auxiliassem em seu desenvolvimento.

Destarte, finda-se essa análise ressaltando a importância das ações também dos societários que detêm parte do valor da empresa e como as suas análises podem auxiliar em uma melhoria na performance operacional, pois ele traz uma visão mais externa do mercado e uma compreensão muito mais aprofundada que os próprios administradores, sejam da alta gestão ou não, não conseguem vislumbrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Luiz Gavião; SAVY, Renato Ferraz Sampaio. **As holdings familiares e os tipos societários**. Revista Paradigma, Ribeirão Preto, SP, a. XX, V 24, N 1 p.315-339, 2015.

ARAÚJO, Elaine Cristina; ROCHA JUNIOR, Arlindo Luiz. **Holding: Visão Societária, contábil e tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços – Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 1999. Tradução de: James Sudelland Cook.

BRAGA, **Demonstrações contábeis**, São Paulo: Atlas, 1999.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1992.

BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C. **Princípios de Finanças Empresariais**. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

BRIGMAN, Eugene F.;HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R.. **A Contabilidade Empresária**. Volume 3 Série Desvendando as Finanças. SP: Editora Atlas, 2006.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 3 ed. São Paulo: Makron Books , 2000.

COASE, Ronald. **The nature of the firm**. Econômica, Londres, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.

FORTES, J. C. **Manual do Contabilista**. Belém: Celigráfica, 2001

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 3.ed. São Paulo: Harbra, 1987.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

HALLORAN, J. W. **Porque os Empreendedores Falham**. Tradução Kátia Aparecida Roque. São Paulo: Makron Books, 1994.

HOJI, Masakazu – **Administração Financeira**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa, CHEROBIM, Ana Paula, RIGO, Cláudio Miessa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002

LODI, João Bosco. LODI, Edna Pires. **Holding**. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2004.

LONGENECKER, Justin G. e MOORE, Carlos W. e PETTY, J. William. **Administração de Pequenas Empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

LUNKES, R. J.; SCHNORRENBERGER, D. **Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Holding familiar e suas vantagens**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. **Holding familiar e suas vantagens: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar**. 10ª ed. Ver. E atual. São Paulo, Atlas, 2018.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira De Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 5 e 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998 e 2003

MACHADO, Bruno Diego. **Holding- Estrutura Societária para a manutenção e controle empresarial**. Monografia apresentada ao programa de pós graduação do departamento de contabilidade e finanças, do setor de ciências sociais aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de especialista de pós graduação em controladoria. Curitiba. 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 2 ed. São Paulo: Atlas., 2002 e 9.ed. 2008.

MEYER, Jean. **Gerência Financeira: controle Orçamentário**. Tradução Cláudio José Fernandes de Azevedo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1972.

MIRANDA, M.B. **O Monopólio e o Oligopólio**. Revista Virtual Direito Brasileiro, São Paulo, 2013, v.5, n° 2, p. 1-3.

MOSCOVE, S. A; SIMKIN, M. G; BAGRANOFF, N. A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, Ricardo dos Santos. LINHARES, Fernando. MORAES, Luciana Silva. **A profissionalização da gestão patrimonial: A constituição de Holding como instrumento de gestão patrimonial, estrategicamente voltada para a maximização dos bens e minimização dos riscos**. Artigo de semana acadêmica. Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no curso de Bacharelado de Ciências Contábeis. 2013.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1997.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de Informações: e as decisões gerenciais na era da internet**. 2.ed. São Paulo: Saraivas, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Holding, administração corporativa e unidade estratégica de negócio: uma abordagem prática**. Sao Paulo Atlas, 1995.

_____.de. **Holding, administração corporativa e unidade estratégica de negócios: uma abordagem pratica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **R.de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2009

PADOVEZE, C. L. **Sistema de informações contábeis fundamentos e análise**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PENA, R. A. **Truste, cartéis e holdings. O capitalismo financeiro, por meio dos trustes, cartéis e holding, provoca uma perda da livre concorrência entre as empresas no mundo**. 2017.

POSNER, Richard. **Economic analysis of law**. 6. ed. Nova Iorque: Aspen Publishers, 2003.

POSSAS, Silva. **Conhecimento e a atividade econômica**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, (8): 85-100, jun. 1997.

PRADO, Roberta Nioac. **Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório**. São Paulo Saraiva, 2011.

ROMANO, Rogério Tadeu. **Breves considerações sobre a Holding**. 2019.

ROSS, Stephen A., WERTERFIELD, Randolph W., JORDAM, Bradford D., **Princípios de administração financeira**; tradução Antonio Zoratto Sanvicente. – São Paulo: Atlas, 1998

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA. J.P. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Lisandrea. **Análise Financeira e econômica de uma empresa automotiva**. Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul. 2010.

TEIXEIRA, João Alberto Borges. **Holding Familiar: tipo societário e seu regime de tributação.** São Paulo, maio de 2007

TOMAZETTI, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário.** V.01, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Marcio Vitor Fernandes. **Holding familiar: Planejamento sucessório.** Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS). Goiânia. 2021.

WESTON, J. Fred; Brigham, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira.** São Paulo: Makron Books, 2000.

ZDANOWICZ, J.E. **Planejamento Financeiro e Orçamento.** 2.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento Financeiro e Orçamento.** 3 ed. Porto Alegre: Sagra Luzato. 2000.

ANEXO A-GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Holding - conjunto de sociedades cujo controle e titularizado por um controlador

Controle Acionário - Poder de decisão sobre a empresa, garantindo pela posse de maior proporção de ações com direito a voto

Planejamento fiscal - Procura nos negócios leis jurídicas com menor ou nula tributação.

Demonstrações contábeis - São relatórios de desempenho que expõem a performance financeira e econômica de uma empresa.

Balanço Patrimonial - Demonstração contábil que tem, por finalidade, apresentar a posição contábil, financeira e econômica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática.

Índices econômico-financeiros - consistem em múltiplos de mercado que ajudam investidores a se orientar, informando detalhes financeiros sobre a empresa

Fluxo de caixa - fluxo do dinheiro no caixa da empresa, ou seja, ao montante de caixa recolhido e gasto por uma empresa durante um período de tempo definido.

Ciclo de caixa - à quantidade de dias durante os quais uma empresa necessita financiar sua operação do momento em que paga seus fornecedores até a hora de receber os pagamentos de seus clientes.

Girar estoques - é igual ao total de vendas dividido pelo volume médio de estoque

Duplicatas - é um título de crédito que representa uma ordem de pagamento.

Amortização - Processo de extinção de uma dívida através de pagamentos periódicos, que são realizados em função de um planejamento, de modo que cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros do saldo devedor.

Desembolsos - O mesmo que: despesas, gastos, adiantamentos, custos, dispêndios, empréstimos, prejuízos

Análise fiscal - efetuada sobre os produtos submetidos ao sistema de Vigilância Sanitária, em caráter de rotina, para apuração de infração ou verificação de ocorrência de desvio quanto à qualidade, segurança e eficácia dos produtos ou matérias-primas.

Lucro real - é a regra geral para a apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica.

Alíquotas - são valores utilizados para calcular qual será o valor de determinado tributo a ser pago pela empresa, como impostos, taxas e contribuições.

Projeção de vendas - é a ação de planejar ou projetar o quanto uma empresa irá receber como receita a partir de suas vendas em determinado período de tempo

liquidez - a capacidade de conversão de um bem em dinheiro

Demonstração do resultado - é um relatório contábil que evidencia se as operações de uma empresa estão gerando um lucro ou prejuízo, considerando um determinado período de tempo.

Plano financeiro - apontar as diretrizes que sustentarão a rentabilidade da operação, estabelecendo as ferramentas de controle para garantir a saúde do caixa e o cumprimento das metas propostas para curto, médio e longo prazos.

Ativos - um termo básico utilizado para expressar os bens, valores, créditos, direitos e assemelhados que formam o patrimônio de uma pessoa.

Orçamento de caixa - é a previsão para um determinado período futuro do fluxo de entradas e saídas de dinheiro na empresa.

Lucro presumido - é um regime tributário em que a empresa faz a apuração simplificada do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Análise contábil - uma técnica que realiza a decomposição, comparação e interpretação dos demonstrativos financeiros da empresa.

Oligopólio - situação de mercado em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado.

Demonstrações financeiras - apresentação estruturada e sistêmica da posição patrimonial e financeira em determinada data, bem como das transações realizadas por uma empresa no período findo nessa data.

Orçamento - é um plano que ajuda a estimar despesas, ganhos e oportunidades de investimento em um período determinado de tempo

Balanco projetado - um modelo de relatório muito utilizado na contabilidade das empresas para entender o cenário financeiro da organização e auxiliar na criação de um orçamento realista

Encargos sociais - são custos indiretos, de natureza tributária, pagos ao Estado para que futuramente sejam revertidos em algum tipo de benefício ao trabalhador

Estimativa de valor externo - estimar o valor do negócio em questão, usando modelos quantitativos para analisar a situação financeira e as perspectivas de crescimento

Lucro ajustado - esse método é baseado nas projeções de elementos patrimoniais para o período orçado pela empresa e resulta da diferença entre as receitas e custos estimados para o período

Capital de giro - é a diferença entre os recursos disponíveis em caixa e a soma das despesas e contas a pagar.

Capital circulante líquido - refere-se aos ativos de uma empresa que são utilizados para manter o seu desempenho.

Demonstração das mutações patrimoniais - um relatório contábil que tem como objetivo identificar as alterações ocorridas no patrimônio líquido da empresa em determinado período de exercício.

Receitas - todos os recursos provenientes da venda de mercadorias ou de uma prestação de serviços.

Despesas - é o gasto necessário para a obtenção de receita.

Tributos - é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa.

Patrimônio da entidade - conjunto de bens, direitos e obrigações

Patrimônio líquido - é o resultado da diferença entre o ativo e o passivo de uma empresa.

Lucro inflacionário - Consiste no lucro resultante da diferença a maior entre o ativo permanente e o patrimônio líquido das pessoas jurídicas.

Participação minoritária - é aquela parte do resultado e do patrimônio líquido de uma controlada que pode ser atribuída a participações no patrimônio líquido que não sejam possuídas pela controladora.

Contrato social - é a certidão de nascimento da empresa.

Titularidade de ações - obrigação fiscal acessória imposta às empresas, relacionadas a cumprimento das normas do imposto de renda sobre ganho de capital com ações.

Acionista - é quem detém ao menos uma ação que representa uma fração do patrimônio de empresas classificadas como sociedade anônima (SA).

Capital social - é a parcela do patrimônio líquido de uma empresa através de investimento na forma de ações ou quotas efetuado na companhia por proprietários ou acionistas

Método da equivalência patrimonial - ao valor do investimento na porcentagem de participação do capital social sobre o patrimônio líquido de uma empresa